



CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA - 8ª REGIÃO

ATA DE REUNIÃO PLENÁRIA

Ata da noningentésima octogésima quarta reunião Plenária, em convocação ordinária, do Conselho Regional de Psicologia - 8ª Região, realizada no vigésimo sexto dia do mês de julho de dois mil e vinte e cinco, na modalidade híbrida, com participação remota via Google Meet e participação presencial na Sede Curitiba do Conselho Regional de Psicologia do Paraná (Avenida São José, 699 - Cristo Rei, Curitiba, Paraná). **Conselheiras(os) participantes presencialmente:** Psic. Cons. Ana Ligia Bragueto CRP-08/08334; Psic. Cons. Andrey Santos Souza CRP-08/30587; Psic. Cons. Emerson Luiz Peres CRP-08/06673; Psic. Cons. Fábio José Orsini Lopes CRP-08/09877; Psic. Cons. Karen Aparecida F. C. de Oliveira CRP-08/09015; Psic. Cons. Kathia Regina G. de Godoy CRP-08/14630; Psic. Cons. Mario Seto Takeguma Junior CRP-08/18972 e Psic. Cons. Sérgio Bezerra Pinto Júnior CRP-08/26037. **Conselheiras(os) participantes de forma remota:** Psic. Cons. Fabíola Regina Ortega (CRP-08/17317); Psic. Cons. Sara Gladys Toninato CRP-08/07092. **Também presentes presencialmente:** Psic. Ademir Corrêa Pedroso CRP-08/22521 (Setorial - Campos Gerais); Psic. Aline Ferreira Marotto CRP-08/24516 (Setorial - Norte Pioneiro); Psic. Ana Paula Amaral CRP-08/14919; Psic. Ana Paula Martins de Godoi CRP-08/43644 (Escolar e da Educação - Estadual); Psic. Anayna Nara de Campos CRP-08/11777 (Comissão de Mulheres); Psic. Andréia Jacqueline Rangel CRP-08/42558; Psic. Andreza Teodoro CRP-08/22184 (Hospitalar - Estadual); Psic. Bianca Grabicoski Gadens CRP-08/19853; Psic. Carla Morello Hayashi CRP-08/23076 (Assistencial Social - Londrina); Psic. Claudia Barbosa CRP-08/05631 (Escolar e da Educação - Cascavel); Psic. Cristiane Michele dos Santos CRP-08/25593; Psic. Cristiane Michele dos Santos CRP-08/25593 (Jurídica - Estadual); Psic. Danilo Zeferino Brandão CRP-08/29255 (Mobilidade Humana e Trânsito - Estadual); Psic. Desiree Dias CRP-08/43379; Psic. Diego Brugnago Sikorski CRP-08/43631 (Diverges); Psic. Fabio Henrique Arevalo CRP-08/15617 (Núcleo de Povos Indígenas); Psic. Fernanda Costa Peixoto Primo CRP-08/12328; Psic. Gabe Martignago Soares CRP-08/38313 (Coordenação - Políticas Públicas e Direitos Humanos); Psic. Gisele de Fátima Zelenski CRP-08/12337 (Comissão de Ética); Psic. Francini Oliveira Santana CRP-08/25534; Psic. Igor Pulido dos Santos CRP-08/26880 (Setorial - Oeste); Psic. Isadora Ribeiro Bonani CRP-08/34309 (Gestora - Londrina); Psic. Jessy Nicole Mello de Souza CRP-08/28614 (Comissão Étnico- racial Estadual); Psic. Jheniffer Cristina B. da Silva CRP-08/33541; Psic. Jose Valdeci Grigoletto Netto CRP-08/24556 (Direitos Humanos - Estadual); Psic. Josislaine Kátia Porto Calixto CRP-08/39807 (Mulheres - Estadual); Psic. Julce Amado CRP-08/42040; Psic. Kaio Cesar Pacheco CRP-08/29517 (Estudantes - Londrina); Psic. Kaísa Abeche Bittencourt CRP-08/43269 (Estudantes - Maringá); Psic. Leticia Salgado Almeida CRP-08/26019 (Setorial Centro Norte); Psic. Luciana de Carvalho Rocha CRP-08/09903; Psic. Luckas Gustavo Vanni Gorniak CRP-08/34855; Psic. Mariane Regina Salles Panek CRP-08/32713 (Estudantes Curitiba); Maurício Cardoso da Silva CRA-PR-22261 (Gerência Geral); Mel Pereira (Estudante); Psic. Nadia Giacomazzi Silva CRP-08/24085 (Clínica - Estadual); Rafaela Gomes da Silva (Assessoria Gerência Técnica); Psic. Renata de S. dos S. Silva CRP-08/38473 (Setorial - Noroeste); Psic. Rosangela Bacron CRP-08/04941 (Avaliação Psicológica - Estadual); Psic. Samuel Cabanha CRP-08/13777 (Gestora - Foz do Iguaçu); Psic. Silvana Batista Moreira Lopes CRP-08/08392 (Comissão de Estudantes - Cascavel); Psic. Simone Cristina Gomes CRP-08/14224 (Assistencial Social - Maringá); Psic. Sirlete Terezinha Augusto CRP-08/84387; Sophia Caramite (Estudante); Psic. Tate Estrutika Montes CRP-08/35847 (Transcentrado - Estadual); Psic. Tiago Henrique Dolphine Alves CRP-08/15417 (Gestora - Londrina); Psic. Vanelise M. V. Antoniassi CRP-08/25684 (Gerência Técnica); Psic. Vanessa M. P. Casaro CRP-08/35604 (Saúde - Estadual).

Presentes de forma remota: Psic. Amanda Cristina Favaretto CRP-08/35489 (CPOT); Psic. Danielle Beltrame CRP-08/20715; Psic. Fabiane Kravutschke Bogdanovicz CRP-08/19219; Psic. Fernanda de Araújo Stresser (CRP-08/20147); Psic. Iana Ferreira dos Santos CRP-08/43246 (Coordenação - Comissões Temáticas); Psic. João Eduardo Cordeiro Pereira CRP-08/30897; Psic. Larissa Schelbauer CRP-08/19051 (Comissão de Psic. na Assistência Social de Cascavel); Psic. Marli Nunes dos Santos Alves CRP-08/39048 (Comissão de Mulheres); Psic. Michel Luiz Cândido Araújo CRP-08/45746; Psic. Sissi Araujo Vígano CRP-08/39169. Havendo quórum, às 10h00min tem início a reunião Plenária. **1. Aprovação de Atas. 1.1.** 981ª Reunião Plenária Foz do Iguaçu. Ata Aprovada sem objeções. **1.2.** 982ª Reunião Plenária Foz do Iguaçu. Ata Aprovada sem objeções. **2. Nomeação de pessoas colaboradoras.** Apresentação: Psic. Iana Ferreira dos Santos. A Coordenadora de Comissões Temáticas, Psic. Iana, procedeu com o anúncio dos novos colaboradores das comissões temáticas para apreciação do XV Plenário. **2.1. Comissões Temáticas. 2.1.1. Comissão de Mulheres:** Psic. Elaine Secchi Biancardi (CRP 08/12457); Psic. Julia Gindre (CRP 08/32661); Psic. Karine Barbosa (CRP 08/ 40428); Psic. Kelly Paula Cristina (CRP 08/ 39647); Psic. Leticia Scheifer (CRP 08/39650); Psic. Liana Maria da Cruz (CRP 08/30326); Psic. Luana Chaves de Oliveira (CRP 08/ 40856); Patricia Oliveira (CRP 08/ 34058); **2.1.2. Comissão de Psicologia na Assistência Social - Cascavel:** Psic. Amanda Ester Gonzales (CRP 08/26685); Psic. João Eduardo Cordeiro Pereira (CRP 08/30897); **2.1.3. Comissão de Estudante - Cascavel:** Psic. Edina Aparecida do Amaral (CRP 08/19427); **2.1.4. Comissão de Psicologia Hospitalar:** Psic. Andreza Teodoro (CRP 08/22.184); **2.1.5. Comissão de Psicologia Escolar e da Educação:** Psic. Camila de Brito Mattos (CRP 08/31496); Psic. Felipe Montrucchiq Ilkiu (CRP 08/22362); Psic. Jheniffer Bernardi (CRP 08/33541); Vanessa Carlos (CRP 08/18657); Psic. Wellynton Nardes de Bairros (CRP 08/34945); **2.1.6. Comissão de Mobilidade Humana e Trânsito:** Psic. Lelia Monteiro de Melo (CRP 08/11915). **3. Comissões Temáticas. 3.1. Psicologia Anticapacitista.** Apresentação: Psic. Larissa Schelbauer. A pauta foi apresentada por Larissa Schelbauer, da Comissão de Psicologia Anticapacitista, que retomou a discussão iniciada na plenária anterior sobre uma proposta de nota de apoio à Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 7.796, protocolada no Supremo Tribunal Federal (STF) pela Federação Brasileira de Associações de Síndrome de Down. A ADI questiona a constitucionalidade de leis estaduais do Paraná (nº 17.656/2013 e nº 18.419/2015) que estabelecem programas de apoio e alocam recursos públicos para escolas que oferecem ensino básico exclusivamente na modalidade de educação especial. Larissa realizou a leitura da nota, cujo texto argumenta que tais leis perpetuam a segregação de pessoas com deficiência e desobrigam a escola regular de seu papel inclusivo, conforme previsto na Constituição e na Política Nacional de Educação Especial. A nota reafirma o compromisso do CRP-PR com os direitos humanos e uma sociedade inclusiva, posicionando-se contra políticas públicas capacitistas. Ao final, submeteu a proposta para aprovação da plenária. A Psic. Fernanda Primo parabenizou o trabalho da comissão e pontuou que a ADI não julga se os serviços são bons ou ruins, mas aponta a inconstitucionalidade de financiar um sistema paralelo. Defendeu que os recursos deveriam ser direcionados para fortalecer a estrutura da educação inclusiva e as redes de suporte na assistência social e na saúde. A Psic. Aline Marotto, falando da realidade do interior, informou que a educação especializada no Paraná muitas vezes é a primeira e única opção, e não um último recurso, o que dificulta a verdadeira inclusão. A Cons. Fabiola Ortega traçou um paralelo entre o debate e a Luta Antimanicomial, questionando se o objetivo é defender a segregação ou a inclusão real, que exige investimento em políticas públicas universais. A Psic. Mariane Panek relatou sua experiência como profissional de inclusão mal remunerada, reforçando a analogia com a Luta Antimanicomial e o risco de políticas que desfinanciam o serviço público. O Cons. Mario Seto Takeguma Junior, a partir de sua atuação no SUS, alertou para a sobrecarga das instituições especializadas e para a alta judicialização de tratamentos caros para poucos, em detrimento do fortalecimento do sistema para todos. A Psic. Desiree ressaltou o modelo social da deficiência, que localiza as barreiras na sociedade, e argumentou que manter o financiamento em instituições segregadoras enfraquece a luta por inclusão. Em contrapartida, a Psic. Fernanda Stresser posicionou-se contra a aprovação

imediatamente, não por ser contrária à inclusão, mas por entender que o sistema regular ainda não está preparado para garantir a segurança e os direitos das crianças, citando um recente caso de violência contra uma criança autista em uma escola particular. Argumentou que a nota, ao se alinhar a uma associação específica, fragiliza um debate complexo e que é preciso ampliar o diálogo com outras comissões antes de o CRP-PR tomar uma posição pública. A Psic. Vanessa Casaro compartilhou sua experiência clínica e institucional, relatando casos em que a escola especial foi necessária e benéfica, inclusive para suas próprias irmãs, e destacou a falta de estrutura do ensino regular para acolher a crescente demanda. A Psic. Sirlete fez um apelo contundente para "não destruir um santo para vestir outro", temendo que a retirada de recursos das escolas especiais, sem uma alternativa concreta e estruturada, repita os erros da reforma psiquiátrica, que deixou muitas pessoas desassistidas. Defendeu que o caminho é melhorar os serviços existentes, e não extingui-los. Retomando a palavra, a Psic. Fernanda Stresser reiterou que sua proposta não é silenciar, mas ampliar o diálogo, pois a manifestação, no formato atual, parece desconsiderar a fragilidade financeira dessas instituições e a realidade de municípios pequenos, onde a APAE é, muitas vezes, o único serviço de reabilitação disponível. Após dois blocos de debate, a plenária votou pelo encerramento das discussões para deliberar sobre o encaminhamento. **Encaminhamento:** A presidência da mesa apresentou as duas propostas resultantes do debate: 1) A aprovação da nota de apoio à ADI nº 7.796, na forma como foi redigida e apresentada pela Comissão de Psicologia Anticapacitista; 2) A proposta de que a nota retorne para um debate mais aprofundado, com a participação de outras comissões pertinentes, como a Comissão de Psicologia na Educação e Escolar e a Comissão de Psicologia e sua Interface com a Criança e o Adolescente, antes de ser novamente submetida à plenária. Colocadas em votação, a proposta 1 recebeu 18 votos e a proposta 2 recebeu 37 votos. Sendo assim, a plenária deliberou pela segunda opção. A nota de apoio será encaminhada para discussão ampliada entre as comissões, para que as diversas perspectivas apresentadas no debate sejam consideradas na construção de um posicionamento futuro do Conselho. **3.2. Comissão de Psicologia de Riscos, Emergências e Desastres.** Apresentação do encontro Nacional das Comissões de Riscos, Emergências e Desastres. Apresentação Ana Paula. SEI. A discussão foi iniciada pela Psic. Ana Paula, coordenadora da Comissão de Emergências e Desastres, que relatou o processo de organização do grupo, atualmente com cerca de 60 psicólogos interessados. Ela destacou que sua perspectiva sobre o tema foi ampliada após um encontro em Brasília, promovido pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP), onde compreendeu que desastres transcendem a esfera ambiental, englobando questões como o racismo ambiental e as diversidades de gênero e social, com profundo impacto na saúde mental. Ana Paula enfatizou a importância da atuação da psicologia não apenas no pós-desastre, mas também no pré-desastre, de forma interdisciplinar. Lançou a provocação para que a categoria considere a crise de saúde mental no Brasil como um desastre em curso, que permeia todas as áreas (escolar, social, diversidade), e conclamou por ações concretas para além da sensibilização. Na sequência, o Psic. Cons. Mario Seto Takeguma Junior estabeleceu uma conexão entre o tema e os conceitos de "ecoansiedade" e "saúde planetária", sobre os quais teve contato em um evento de psicologia em Maringá. Ele ressaltou a importância de aprofundar essa discussão, apontando que muitos psicólogos ainda não têm conhecimento sobre o assunto. Mario destacou que a ecoansiedade, originada pelo medo do futuro do planeta diante dos desastres ambientais, é um fenômeno crescente, especialmente entre os jovens, e sugeriu que essa ligação entre saúde planetária e saúde mental seja um ponto focal para a comissão. O Psic. Tiago Dolphine, da Comissão Gestora de Maringá, compartilhou uma experiência recente em sua cidade, onde um grupo de psicólogos buscou o apoio do Conselho para indicar representantes para uma nova Comissão Local de Saúde Mental, surgida de uma pré-conferência de saúde. Ele relatou como essa mobilização, que visa articular diferentes atores e territórios (CAPS, usuários, governo), o fez perceber a pertinência de enquadrar as crises de saúde mental como uma emergência ou desastre iminente. Tiago expressou otimismo com a iniciativa, vendo no fortalecimento do controle social uma perspectiva de esperança para problematizar e debater o tema. A Gerente Técnica, Vanelise Antoniassi,

forneceu um resgate histórico da criação da comissão, informando que o processo se iniciou há cerca de dois meses, impulsionado pelo evento do CFP. Detalhou que já foram realizadas duas reuniões, que o grupo de trabalho no WhatsApp conta com 44 pessoas e que a conselheira Pâmela acompanha de perto os trabalhos. Anunciou que a comissão está elaborando um projeto de trabalho, em construção conjunta, que será apresentado na próxima reunião plenária. A Psic. Kathia Godoy, conselheira e coordenadora do CREPOP-PR, reforçou a importância da comissão no cenário nacional e local, mencionando o grande interesse dos profissionais. Como trabalhadora do SUS, observou que as políticas públicas de saúde e assistência social não estão preparadas para lidar com o tema. Kathia sugeriu a utilização da referência técnica do CREPOP de 2021 sobre gestão de riscos, emergências e desastres como um subsídio importante. Propôs ações concretas para dar visibilidade à comissão, como a realização de uma live para mapear os profissionais que atuam na área e seus interesses, e a organização de grupos de trabalho para mapear territórios e pensar em ações estratégicas no Paraná, aproveitando o formato online das reuniões para facilitar a participação estadual. A Psic. Simone Gomes, coordenadora da Comissão de Psicologia na Assistência Social de Maringá, parabenizou a iniciativa e salientou a necessidade de transversalizar o debate com as comissões de políticas públicas, uma vez que a população atendida é diretamente afetada. Citando os exemplos da pandemia de COVID-19 e das enchentes no Rio Grande do Sul, alertou para o risco de uma atuação psicológica inadequada em contextos de emergência, que, em vez de auxiliar, pode revitimizar e expor as pessoas a novas vulnerabilidades e violências. Finalizando o debate, a Cons. Ana Lígia, na condução da plenária, agradeceu a participação de Ana Paula e resgatou o histórico mais amplo da comissão no CRP-PR. Explicou que uma comissão similar existiu no início da gestão anterior, mas foi descontinuada durante a pandemia, pois se tornou "insuportável" para os próprios conselheiros lidar com o tema em meio ao desastre sanitário e social vigente. Comemorou a retomada do debate na gestão atual, enaltecendo o trabalho de mobilização realizado pela conselheira Pâmela. Ana Lígia reforçou a importância de a comissão trazer pautas para o plenário e acolheu a nova coordenação. Concordou com a necessidade de transversalizar a pauta com as demais comissões, reconhecendo que as questões de raça, classe, gênero e sexualidade atravessam o tema dos desastres de formas distintas, um exercício que a gestão vem buscando promover. **Encaminhamento:** Como encaminhamento da pauta, ficou definido que a Comissão de Emergências e Desastres apresentará a proposta de seu projeto de trabalho na próxima reunião plenária para deliberação e conhecimento do colegiado. Foi deliberado também que a comissão, com o apoio do Conselho, deverá publicizar seus trabalhos e divulgar a referência técnica do CREPOP de 2021 sobre a "Atuação na Gestão Integral de Riscos, Emergências e Desastres". Nesse sentido, será avaliada a proposta de realização de um evento, como uma live, para dar maior visibilidade ao tema, mapear profissionais interessados e aprofundar o debate em nível estadual. Por fim, reforçou-se a diretriz de que a pauta sobre emergências e desastres seja continuamente articulada de forma transversal com as demais comissões temáticas do CRP-PR, reconhecendo sua interface com as diversas áreas da psicologia e das políticas públicas. **3.3. Apresentação projeto Comissão de Coordenadores de Cursos de Psicologia.** Apresentação Cons. Sérgio. A pauta foi apresentada pelo Conselheiro Sérgio, que contextualizou a proposta de criação da Comissão de Coordenadores de Curso de Psicologia como um desdobramento dos esforços da gestão, desde 2022, para se aproximar das instituições de ensino superior. Ele relembrou ações importantes, como um fórum para coordenadores de cursos e responsáveis técnicos de serviços-escola e a publicação, em fevereiro, de um manual de orientação para estágios. Sérgio explicou que a necessidade da comissão surgiu como deliberação final deste fórum, diante do crescente número de cursos de psicologia no estado. Ele informou que, após consulta à comissão eleitoral e ao setor jurídico do Conselho, foi confirmado não haver impedimento para a criação de novas comissões durante o período eleitoral, desde que a participação seja aberta a todos. O projeto inicial prevê encontros bimestrais, com a operacionalização a ser conduzida por ele e com o apoio técnico de Vanelise e Lana. Sérgio informou que já há um número significativo de 13 coordenadores de curso de diversas

idades do Paraná (Cianorte, Umuarama, Cascavel, Francisco Beltrão, Pato Branco, Toledo) que se disponibilizaram a compor o grupo, o que legitima a sua criação. Ao final de sua fala, solicitou formalmente a autorização da plenária para instituir a comissão. A Psic. Mariane Panek, coordenadora da Comissão de Estudantes de Curitiba, manifestou seu apoio à iniciativa, ressaltando a importância de o Conselho se aproximar das universidades para exercer seu papel orientador e fiscalizador. Ela relatou que a Comissão de Estudantes recebe inúmeras denúncias sobre problemas graves que partem das coordenações de curso, especialmente em Curitiba, como casos de racismo, assédio, resistência a debates sobre temas como psicologia comunitária e a precarização do ensino com a migração de matérias para o formato online. Mariane destacou a posição delicada dos docentes, que ficam entre as coordenações e os alunos, e reforçou a necessidade de que a nova comissão atue de forma interseccional, dialogando com as comissões de raça e gênero, pois são os problemas mais recorrentes. A Psic. Simone Gomes celebrou a proposta, descrevendo-a como a materialização de um "sonho de alguns anos". Falando como colaboradora do Conselho há quase uma década e a partir de sua atuação nas políticas públicas, ela apontou que a defasagem na formação é um desafio crônico, pois os profissionais chegam ao mercado de trabalho, especialmente em áreas como assistência social e segurança pública, com uma preparação muito superficial. Simone lembrou da dificuldade histórica de dialogar com as instituições de ensino, que pareciam um "mundo inacessível". Ao ser informada por Sérgio de que há 76 cursos de psicologia no Paraná, expressou sua preocupação com o crescimento quantitativo da profissão sem a devida qualidade, citando relatos diários de "atrocidades" cometidas por profissionais com atuações problemáticas do ponto de vista técnico e ético. Para ela, a comissão representa um ato de esperança por uma formação melhor no estado. Em resposta, o Cons. Sérgio agradeceu as pontuações e concordou com os objetivos apontados. Ele argumentou que a comissão fortalecerá os coordenadores, que muitas vezes são desautorizados pela gestão de suas universidades sob o pretexto de que o Conselho não tem ingerência acadêmica, papel que seria exclusivo do MEC. Segundo ele, ao criar um espaço seguro e coletivo dentro do CRP-PR, será possível alinhar pautas cruciais — como curricularização, extensão e estágios — e fazer com que os coordenadores se sintam parte da construção da profissão, e não apenas mediadores. Ele afirmou que a transversalidade com as outras comissões será uma prioridade, mas o passo fundamental inicial é a criação do grupo.

Encaminhamento: Após as discussões, a presidência da mesa colocou a proposta em regime de votação. A criação da Comissão de Coordenadores de Curso de Psicologia foi aprovada por unanimidade pela plenária, sendo assim oficialmente instituída. Após o ponto deliberado, a Cons. Ana Lúcia iniciou uma questão de ordem para tratar de um ponto que considerou importante ser discutido antes do prosseguimento da plenária. Ela começou sua fala contextualizando o momento político, ressaltando um fato que descreveu como inédito na história do Conselho Regional de Psicologia do Paraná. Pela primeira vez, segundo ela, o corpo de colaboradores da gestão incluía pessoas que compunham outros movimentos políticos que disputavam a gestão do conselho. Ela emoldurou essa pluralidade como um desenvolvimento muito positivo para a categoria profissional, fruto de rompimentos políticos que geraram mais engajamento e debate. Atribuiu mérito à sua gestão e ao seu movimento, "Tempo de Diálogo", por sempre terem defendido a presença de pessoas com pensamentos divergentes para a manutenção do diálogo. Após essa contextualização, ela passou a abordar as regras específicas do período eleitoral. Informou que, para a apresentação formal de chapas em eventos do conselho, é necessária uma autorização prévia da Comissão Regional Eleitoral (CRE), e não da plenária, a fim de garantir a isenção do processo. Em seguida, abordou o ponto central da questão: quando as pessoas colaboradoras são convocadas para a plenária, suas despesas são ressarcidas pelo conselho (por meio de diárias ou auxílio-representação). Ela afirmou que, segundo o regulamento eleitoral, as pessoas que recebem esses recursos financeiros da autarquia estão vedadas de fazer manifestações de suas chapas durante o evento. Com base nessa regra, ela solicitou ao gerente-geral do conselho que detalhasse a normativa a respeito e, em seguida, fez um pedido direto e polido aos presentes. Pediu a gentileza de que as pessoas que estivessem na condição de colaboradoras

financiadas pelo CRP-PR e que estivessem exibindo materiais de campanha de suas respectivas chapas, que retirassem tais itens. Dando seguimento à solicitação, o gerente geral Maurício Cardoso da Silva tomou a palavra, fundamentando a orientação da presidência citando o Artigo 55 da Resolução nº 10 de 2024. Ele explicou que, segundo o artigo, os recursos de comunicação e logística dos conselhos devem ser disponibilizados de forma igualitária a todas as chapas, e que uma pessoa presente na plenária com uma portaria de colaboração e recebendo recursos financeiros está ali representando a instituição. A instituição, por sua vez, não pode se envolver no pleito eleitoral. Portanto, por uma questão de isonomia, a diretoria entendia que tais manifestações não poderiam ocorrer por parte de quem estivesse sendo financiado pelo conselho para participar. Ao final da explanação de Maurício, a Conselheira Ana Lígia retomou a palavra para confirmar a compreensão do plenário. Ela tornou a natureza da questão mais concreta ao perguntar se as pessoas que vieram com "bótons" e "adesivos" poderiam retirá-los. A pauta foi concluída com seu agradecimento, sendo o encaminhamento a orientação para que todos os colaboradores presentes na plenária e cujas despesas estivessem sendo custeadas pelo CRP-PR removessem quaisquer materiais de identificação ou campanha de suas chapas eleitorais.

3.5. Novas Comissões. Apresentação: Psic. Simone Gomes. A pauta foi apresentada pela Psic. Simone Gomes, que trouxe à plenária uma consulta sobre a reativação da Comissão de Psicologia na Assistência Social (CPAS) para a região de Curitiba, metropolitana e litoral. Ela contextualizou que este é um objetivo antigo e que a região concentra um alto número de denúncias recebidas pela Comissão de Orientação e Fiscalização (COF), muitas relacionadas à interface com o sistema judiciário. Esse cenário motivou a realização de um questionário e foi tema central da Mostra SUAS, evento que terminou no dia anterior e que serviu como um catalisador para a mobilização. Simone informou que, durante o evento, várias pessoas manifestaram interesse em participar da reativação da comissão, e que já havia recebido fichas de inscrição por e-mail, totalizando ao menos sete profissionais interessadas. Sua principal dúvida, e o motivo da consulta ao plenário, era sobre a viabilidade de iniciar esse processo a apenas três meses do fim da gestão e em meio ao período eleitoral, expressando a preocupação de evitar qualquer tipo de constrangimento ao aprovar uma nova comissão tão perto da eleição. Em resposta, o Cons. Emerson solicitou a Psic. Vanelise Antoniassi que elucidasse o procedimento de nomeação de colaboradores durante o período de transição de gestão. A Gerente Técnica, Vanelise Antoniassi, explicou que não há impedimento para a criação de novas comissões, pois a gestão atual continua seus trabalhos até a posse da próxima. O procedimento padrão é que o grupo interessado, com no mínimo três pessoas, construa um projeto para a comissão — o que pode ser feito em conjunto com as CPAS já existentes em outras regiões — e o apresente para aprovação em uma plenária futura. Atendendo à solicitação de Emerson, Vanelise informou um ponto fundamental sobre as portarias de todos os colaboradores: elas têm vencimento automático em 27 de setembro, data da transição entre gestões. Ela frisou que essa revogação é um procedimento padrão do regimento interno, e não uma ação política da gestão que encerra seu mandato. Caberá à nova gestão decidir como conduzirá os trabalhos e a continuidade das comissões e de seus colaboradores. A Cons. Ana Lígia endossou as informações, confirmando que a gestão segue trabalhando normalmente e que não há qualquer impedimento para dar andamento ao processo. Ela expressou forte apoio à iniciativa, desejando "vida longa para a Comissão da Psicologia na Assistência Social", e destacou a importância estratégica dessa política pública, que absorve um número expressivo de psicólogos. Em sua fala, fez um apelo para que as futuras gestões do Conselho tenham a maturidade de acolher a colaboração de todos os profissionais interessados em contribuir, independentemente de alinhamento político, citando que o Conselho já vivenciou situações diferentes no passado. Concluiu afirmando que o propósito do Conselho é promover a psicologia paranaense, defender a ética e a técnica da profissão e ser uma referência para a sociedade, e não servir para a autopromoção de indivíduos ou grupos.

Encaminhamento: Após as informações e as manifestações de apoio, ficou definido como encaminhamento que o Plenário autoriza e endossa a iniciativa de Simone Gomes e demais profissionais interessadas para que deem início ao processo de

rearticulação da Comissão de Psicologia na Assistência Social (CPAS) da região de Curitiba. O grupo deverá proceder com a elaboração do projeto da comissão, conforme as orientações técnicas, para que este seja apresentado para deliberação e aprovação formal em uma próxima reunião plenária. A psicóloga Sissi Vígano pediu a palavra para fazer uma pergunta de ordem procedimental. Ela manifestou seu interesse em saber como poderia acessar as atas de reuniões plenárias anteriores, a fim de acompanhar o histórico das discussões e aprofundar seu entendimento sobre temas tratados em outros momentos pela plenária. A Conselheira Ana Lúcia, mediando a plenária, passou a detalhar minuciosamente o processo para acessar os documentos. Para as atas de meses anteriores, já aprovadas e oficializadas, ela instruiu que o caminho é através do Portal da Transparência. O processo consiste em acessar o site do CRP-PR, clicar na aba "Transparência", que redireciona para uma nova página, e dentro desta, localizar a seção que contém as atas das reuniões plenárias. Ela também explicou todo o ciclo de vida de uma ata, desde sua criação até a publicação. Primeiramente, a ata da reunião de um determinado mês é redigida e, em seguida, enviada por e-mail a todas as pessoas colaboradoras e participantes daquela plenária, que têm um período para sugerir correções e inserções. Na reunião plenária do mês seguinte, essa versão consolidada da ata é lida e submetida à aprovação. Somente após ser formalmente aprovada pela plenária é que a ata é enviada para publicação no Portal da Transparência. Ela estimou que o tempo total entre a realização de uma plenária e a publicação de sua respectiva ata no portal é de aproximadamente 40 a 60 dias. Após a detalhada explicação, Sissi Vígano manifestou uma preocupação, afirmando acreditar que não estava recebendo os e-mails com as atas para o período de correção e pediu que sua situação fosse verificada. Finalizando o ponto, a Conselheira Ana Lúcia orientou Sissi Vígano a verificar sua caixa de e-mails e, caso não encontrasse as mensagens, que comunicasse o setor responsável do conselho. Ela reconheceu que falhas pontuais podem ocorrer na distribuição dos e-mails para a ampla lista de participantes.

4. Comunicação Social. 4.1. Impacto da impressão e envio da Revista Contato no orçamento do CRPPR. Apresentação: Cons. Andrey. A pauta foi iniciada pelo Conselheiro Andrey, que se apresentou em sua dupla função de tesoureiro e membro da Comissão de Comunicação Social. Ele contextualizou que a discussão sobre a revista "Contato", publicação trimestral do Conselho, era uma retomada de um debate anterior, agora com novas informações e perspectivas. O ponto central, explicou, era o significativo impacto da revista no orçamento. Ele detalhou que a impressão e o envio para os aproximadamente 36.000 profissionais inscritos custam mais de R\$ 550 mil por ano. Esse custo, segundo ele, é um fator direto na necessidade de correção da anuidade pela inflação, que na próxima Assembleia Orçamentária seria proposta para passar de R\$ 649 para R\$ 681, um acréscimo de R\$ 32. Andrey destacou o problema do desperdício, com um grande volume de revistas sendo devolvido pelos Correios devido a endereços desatualizados ou ausência do destinatário, formando pilhas de exemplares não entregues na sede do Conselho. A proposta apresentada pela comissão era inverter a lógica atual: em vez de um sistema "opt-out" (onde poucos ativamente pedem para não receber), seria implementado um sistema "opt-in". A revista passaria a ser, por padrão, digital, e apenas os profissionais que manifestassem ativamente o desejo de receber a versão impressa a teriam em mãos. Ele projetou que, se apenas 10% da categoria optasse pela versão física, a economia anual seria de cerca de R\$ 500 mil, o que permitiria reduzir o reajuste da anuidade para aproximadamente R\$ 15. A proposta incluía uma ampla campanha de divulgação sobre a mudança e a garantia de que a versão online seria enviada ativamente por e-mail, em formato PDF. A primeira a se manifestar foi a psicóloga Simone Gomes. Reconhecendo os princípios de economicidade na administração pública, ela ofereceu uma visão distinta, baseada em sua experiência no interior. Para ela, a revista "Contato" é uma ferramenta crucial de atualização para equipes de municípios pequenos, onde os profissionais nem sempre buscam ativamente materiais e informações. Ela relatou que em reuniões de equipe é comum ouvir comentários como "ah, eu vi tal assunto lá na revista". Simone defendeu que o caráter "compulsório" da chegada da revista nas residências é uma de suas maiores forças, pois garante a disseminação de pautas importantes, como discussões sobre anticapacitismo, antirracismo e a inserção da psicologia

em políticas públicas, para todos os territórios. Em seguida, a psicóloga Mariane Panek avaliou como negativo que o debate fosse pautado apenas pela questão financeira. Ela expressou sentir falta de uma discussão sobre os próprios conteúdos da revista, citando como exemplo um artigo sobre ABA em uma edição recente que a preocupou. Mariane sugeriu que a construção das pautas da revista pudesse ser mais participativa, talvez com um ponto em plenária a cada semestre para abordar o tema. Sobre a proposta de "opt-in", ela levantou uma barreira prática: a acessibilidade do processo. Relatou sua própria dificuldade em atualizar seu e-mail no site do Conselho, argumentando que se o processo para solicitar a revista for complicado, isso desincentivará a participação. Por fim, valorizou a riqueza do material, contando que já utilizou a revista em reuniões, levou exemplares para estudantes em universidades e até para fora do país. A Conselheira Ana Lígia, mediando a discussão, ponderou que o debate não era apenas financeiro, mas também ambiental, pelo uso de papel, e sobre o acesso da categoria à informação. Ela reconheceu a validade dos dois lados, mencionando que também ouve de muitos colegas a frase "a revista chega na minha casa e vai para o lixo". Propôs uma separação entre os temas, sugerindo que a decisão sobre o *método de distribuição* (impresso ou digital) não impedia que a discussão sobre o *método de construção do conteúdo* (levantada por Mariane) fosse realizada em outro momento. O Conselheiro Mario declarou seu apoio à proposta, argumentando que a mudança ajudaria não só nas finanças, mas também na parte administrativa, incentivando a atualização cadastral. Ele endossou a ideia de ampliar as formas de comunicação para além da revista, citando a possibilidade de um podcast do CRP ou um jornal voltado à população geral. Sobre o formato digital, fez uma crítica específica à plataforma atual, que simula uma revista folheável: "eu achei um saco", disse ele, descrevendo o formato como pouco prático. Para ele, o envio de um simples arquivo PDF por e-mail seria muito mais efetivo e acessível. A psicóloga Renata Silva compartilhou sua longa trajetória com este debate. Relatou que, numa gestão anterior (2013-2016), foi totalmente contra a mudança, por uma relação afetiva com a revista. No entanto, quando atuou como tesoureira e viu o volume do gasto ("meu Deus, é muito dinheiro") e a quantidade de exemplares devolvidos ou que sequer eram retirados do plástico, sua visão mudou. Ela defendeu que os R\$ 500 mil economizados poderiam ter um impacto muito maior se aplicados em ações diretas na sociedade. Argumentou que a questão não é o valor do reajuste individual ("não importa se é 10, se é 15 reais"), mas a responsabilidade com o dinheiro da categoria. Sugeriu que, na nova proposta, houvesse a opção de solicitar uma segunda revista para o local de trabalho, e apoiou o envio do PDF por e-mail. O Conselheiro Sérgio trouxe um contraponto enfático, classificando a discussão como "antiga e muito polêmica". Ele apontou o que considerou uma questão delicada na fala de Ana Lígia, argumentando que a decisão, neste momento, *impede* sim a próxima gestão, pois afeta diretamente o planejamento orçamentário que ela terá que executar. Para ele, uma decisão de tal magnitude deveria ser deixada para a gestão que assumirá ou ser objeto de uma nova e ampla consulta pública. Como Simone, ele defendeu a revista como uma forma de as pessoas "lembrarem que o Conselho existe". Por fim, relativizou o impacto financeiro, afirmando que os R\$ 500 mil representam apenas 3% do orçamento total do CRP Paraná. Após o primeiro bloco, a Conselheira Fabiola, falando online, defendeu uma posição de equilíbrio. Concordou que o desperdício precisa ser evitado, mas, ecoando a visão do interior, pediu que fosse garantido o acesso à revista impressa para quem a desejasse. Insistiu, como Mariane, que o processo de cadastro para receber a versão física fosse verdadeiramente fácil e acessível. A psicóloga Silvana Lopes fez uma defesa veemente da revista física, relatando seu uso como material didático na disciplina de Psicologia e Saúde Pública. Expressou grande tristeza com o relato de profissionais que jogam a revista no lixo, chegando a dizer: "eu quero distância desses profissionais". Sugeriu que as revistas devolvidas fossem distribuídas em instituições de ensino, UBSs e clínicas, substituindo materiais antigos. O psicólogo Icaro propôs uma abordagem gradual: inicialmente, focar nos cadastros que geram devoluções constantes. O Conselho poderia contatar esses profissionais especificamente, convidando-os a atualizar o endereço e optar por receber a revista. Ele também sugeriu a distribuição das sobras em faculdades e a importância de discutir o conteúdo da revista em eventos. O

psicólogo Luckas Gorniak destacou quatro pontos: concordou que a análise crítica do conteúdo merece mais atenção; argumentou que as mídias sociais hoje oferecem um alcance "colossal" para divulgação; trouxe a dimensão da consciência ambiental, afirmando que manter a impressão em massa gera uma incoerência com a pauta da ecoansiedade; e apoiou a ideia de uma consulta pública, desde que esta apresentasse os pontos positivos e negativos de cada opção de forma clara. O Conselheiro Emerson lembrou que a plenária atual já havia feito uma redução de custos ao diminuir a frequência da revista de seis para quatro edições anuais. Defendeu a proposta de "*opt-in*" como uma otimização de recursos, não como o fim da revista. Argumentou que o acesso eletrônico é mais garantido, pois e-mails mudam com menos frequência que endereços físicos, e reforçou a importância da questão ecológica. A psicóloga Desiree, confessando ler mais no formato virtual, ponderou que, antes de decidir pelo cancelamento da impressão em massa, talvez fosse o caso de estudar como ampliar outras formas de comunicação, como podcasts e redes sociais. O Gerente Maurício Silva, detalhou o grande trabalho envolvido na gestão das devoluções e explicou que o Conselho já realiza um filtro para não reenviar revistas para endereços desatualizados, contatando os profissionais para que atualizem o cadastro. Após a leitura de uma contribuição do chat (de Michel Luiz, sobre o modelo digital do CRP-MG), o psicólogo Diogo Peroni falou. Ele reforçou que a pauta permitia a escolha, não eliminava a versão física. Argumentou que a quantidade de revistas que não são lidas, mesmo entre as que são entregues, é grande. Citou o exemplo das novas gerações que consomem conteúdo em outras plataformas, como o TikTok. Ele fez um cálculo do impacto ambiental (mais de 648 mil folhas por edição) e defendeu que o dinheiro economizado poderia financiar outras plataformas de desenvolvimento profissional para a categoria. No fechamento do debate, Conselheiro Andrey retomou a palavra para pontuar que a proposta sempre incluiu uma comunicação em massa sobre a mudança, inclusive na própria revista, com um QR Code para a pessoa optar por continuar recebendo. Ele também relatou o fracasso de uma campanha anterior, "Contato de Quem Lê", que buscava comentários dos leitores sobre os artigos e foi descontinuada por falta de participação, o que, para ele, indicia o baixo engajamento com a leitura. Após o encerramento do debate, a Conselheira Ana Lígia sistematizou as propostas que emergiram para a votação: 1. Inverter a lógica de distribuição para "*opt-in*". A versão digital em PDF seria enviada a todos por e-mail. A versão impressa seria enviada apenas para quem solicitasse ativamente, com a possibilidade de pedir até duas cópias. Pessoas Jurídicas (PJs) receberiam a versão impressa por padrão. O formulário para solicitação ficaria permanentemente disponível, com as novas solicitações sendo incluídas no processo licitatório da tiragem seguinte. 2. Retirar a pauta de votação para a criação de um grupo de estudo focado em otimizar a distribuição e ampliar outros canais de comunicação. 3. Realizar uma consulta pública ampla com toda a categoria para decidir o futuro da revista impressa. **Encaminhamento:** Após informar que todos os presentes na plenária (incluindo estudantes) tinham direito a voto, a votação foi realizada. A Proposta 1 (Inverter a lógica de distribuição para "*opt-in*". A versão digital em PDF seria enviada a todos por e-mail) foi a vencedora, com 37 votos, contra 5 votos na Proposta 2 e 17 votos na Proposta 3. A plenária, portanto, deliberou pela alteração do modelo de distribuição da Revista Contato, que passará a ser primariamente digital, com a versão impressa mantida para PJs e para os profissionais que a solicitarem ativamente. **5. Assessoria de Políticas Públicas e Direitos Humanos. 5.1. Políticas públicas e controle social do município de Curitiba.** Apresentação: representantes do CRP-PR nos Conselhos municipais. A pauta foi iniciada pelo psicólogo Gabe Martignago, que se apresentou como trabalhador do Conselho Regional de Psicologia (CRP-PR) na área de assessoria de políticas públicas e direitos humanos. Antes de introduzir o tema principal, Gabe fez um informe celebrando a recente revogação da Resolução do Conselho Federal de Medicina (CFM) nº 2.427/2025, registrando o momento como de grande importância para a categoria da psicologia e, em particular, para as pessoas trans. Em seguida, ele explicou que o objetivo da pauta era evidenciar e potencializar a contribuição da atuação no controle social em interface com todas as instâncias do Conselho. Para isso, convidou representantes de diversos espaços de controle social de Curitiba para apresentarem seus trabalhos, incluindo o Conselho

Municipal de Direitos Humanos, de Assistência Social, de Saúde e o de Direitos da Mulher. Seguindo um acordo prévio para que o Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) se apresentasse por último ele deu início às apresentações com os participantes online, passando a palavra para a psicóloga Cláudia Cobalchini. **5.1.1. Conselho Municipal de Direitos da Mulher.** Cláudia Cobalchini iniciou sua fala apresentando-se como representante do CRP-PR, juntamente com a psicóloga Amanda Letícia de Lima (CRP 08/19698) como titular e ela, Cláudia Cobalchini (CRP 08/07915), como suplente, no Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres de Curitiba. Em sua audiodescrição, identificou-se como uma mulher branca, cis, com cabelos loiros acinzentados, olhos verdes e vestindo uma blusa salmão. Ela historiou a trajetória da representação, explicando que Amanda já atuava na transição da gestão anterior para a atual do CRP-PR, e que ela própria foi indicada em outubro de 2022, após a constituição da Comissão de Mulheres do Conselho. Detalhou que ambas foram reeleitas como entidade da sociedade civil na Quinta Conferência Municipal de Políticas para Mulheres, em 2022, obtendo 8 dos 10 votos das entidades votantes. Em sua apresentação, apoiada por slides, Cláudia listou as atividades desenvolvidas. Elas participam mensalmente das plenárias do Conselho da Mulher, que ocorrem nas últimas quintas-feiras de cada mês, e integram a Comissão de Enfrentamento à Violência. Entre as ações de incidência política, destacou a apresentação do próprio CRP-PR em uma plenária em 2023. Nos anos de 2023 e 2024, as atividades se concentraram no monitoramento de políticas públicas, com a realização de visitas técnicas e entrevistas com serviços como a Casa da Mulher Brasileira e as secretarias de Educação, Assistência Social, Saúde e Urbanismo. Ela também mencionou a participação em formações sobre direitos das mulheres, a elaboração de moções de apoio e repúdio em resposta a pautas das câmaras de vereadores, e a emissão de ofícios solicitando elucidaciones e dados sobre políticas públicas. Em um momento específico, destacou uma foto que continha Ângela, a primeira presidenta negra do Conselho da Mulher, celebrando essa conquista de representatividade. Relatou, ainda, a participação nas pré-conferências regionais em maio de 2025, em formações para conselheiras e na produção de documentos orientativos para os níveis municipal, estadual e ministerial. Por fim, registrou a presença na Sexta Conferência Municipal, ocorrida nos dias 28 e 29 de junho, onde foram eleitas as delegadas para a Conferência Estadual, seguindo uma resolução do Ministério que estabeleceu cotas de representação. Ao encerrar sua apresentação, Cláudia pediu licença para ler uma breve manifestação enviada por Amanda Letícia de Lima, que não pôde estar presente. No texto, Amanda expressava sua "surpresa em ser substituída na representação do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, substituição esta que ocorreu na minha revelia, ainda que estivesse desempenhando plenamente as funções". Ela registrava sua satisfação com o trabalho realizado junto a Cláudia, reafirmava a importância da representação do CRP e desejava sucesso às novas representantes. Após a leitura, Cláudia endossou as palavras de Amanda, confirmando que ambas foram surpreendidas durante a semana com a notícia da substituição, mas agradeceu a confiança e a oportunidade de representar o Conselho. A Conselheira Ana Lígia tomou a palavra imediatamente após a leitura da nota, expressando sua surpresa com a manifestação. Ela relatou que, durante a própria apresentação, havia se voltado para o psicólogo Gabe Martignago para tentar entender o que havia ocorrido. Em seguida, falando em nome da diretoria do CRP-PR, ela ofereceu um ponto de vista sobre os fatos, explicando que a informação recebida e compreendida pela diretoria era a de que as psicólogas Cláudia e Amanda tinham formalmente solicitado o desligamento de sua representação no controle social. Ana Lígia detalhou que, agindo com base nessa solicitação que lhes foi apresentada, a diretoria já havia iniciado os trâmites necessários e deliberado pela indicação de novas representantes para ocupar a vaga. Ela expressou que a causa do aparente desencontro de informações talvez residisse no fato de que as representantes anteriores pudessem ter reconsiderado a decisão de sair, mas que essa nova posição não havia sido comunicada à diretoria. Enfatizando a novidade da situação para ela, que estava sabendo daquela manifestação naquele momento, e reiterou que não tinha conhecimento de nenhum pedido para retornar ou permanecer na função, informando que, sabendo da solicitação de saída, a gestão resolveu por procurar novas representações. Para elucidar a

situação, Cláudia Cobalchini tomou a palavra e confirmou que houve, de fato, uma solicitação de afastamento em 2024, motivada por seu próprio afastamento temporário da plenária. No entanto, como não houve indicação de substitutas na época, elas permaneceram nas funções. Ela informou que, no início de 2025, houve uma consulta formal ao Conselho Municipal, e o CRP-PR manteve oficialmente a representação delas, indicando que a decisão mais recente era pela continuidade de seus mandatos. Para finalizar a pauta, a Conselheira Ana Lígia tomou a palavra uma última vez, em um tom enfático, para apresentar novas informações e registrar formalmente sua posição. Ela iniciou sua fala com uma solicitação direta para que seus pontos fossem registrados na ata oficial, juntamente com a carta de Amanda lida anteriormente. Em seguida, contestou veementemente a versão dos fatos apresentada na manifestação, afirmando que não poderia aceitar aquela narrativa por não corresponder à realidade dos acontecimentos. Para fundamentar sua posição, Ana Lígia apresentou como evidência o conteúdo de uma comunicação escrita que Amanda havia enviado ao psicólogo Gabe Martignago no dia 20 de maio: *"Oiii Gabe, estava agora conversando com a Claudia e como houveram mudanças estou meio perdida aqui. Então como havia colocado, a Claudia vai sair do CMDM e eu estou bem sobrecarregada com as demandas do meu trabalho e não estou conseguindo participar sempre das atividades do CMDM. Com isso tenho uma amiga psi que tem interesse de participar. Você pode verificar se é possível ter uma terceira suplente e aí quando a Claudia sair a Patrícia passa a substituí-la?"*. Ela detalhou que, nessa mensagem, a própria Amanda havia relatado estar sobrecarregada com demandas de trabalho e com dificuldades para participar das atividades do Conselho, razão pela qual manifestava a intenção de se afastar. Na mesma comunicação, Amanda havia, inclusive, sugerido proativamente o nome de outra pessoa para uma eventual substituição. Adicionalmente, Ana Lígia informou sobre uma troca de mensagens ainda mais recente, ocorrida na segunda-feira imediatamente anterior à plenária. Na ocasião, após Gabe comunicar a Amanda que o CRP-PR havia encontrado novas representantes para a vaga, a resposta de Amanda foi: *"Oiiii Gabe. Que ótima notícia. E quando elas poderão participar?"*. Com base nessas comunicações, que, segundo ela, contradiziam diretamente o sentimento de surpresa e de ter sido substituída à revelia, a conselheira concluiu que a narrativa apresentada em plenária era inverídica. Ela lamentou que tal postura ocorresse, contextualizando sua indignação ao ressaltar a necessidade de transparência, especialmente em um período de disputa eleitoral. Declarando seu total desacordo com a situação, ela concluiu sua fala reiterando o pedido formal para que sua versão detalhada dos fatos fosse registrada em ata, garantindo que ambas as perspectivas sobre o ocorrido ficassem documentadas para o encerramento do ponto. **5.1.2. Conselho Municipal de Direitos Humanos.** Dando prosseguimento à pauta sobre o controle social, a palavra foi concedida aos representantes do CRP-PR no Conselho Municipal de Direitos Humanos de Curitiba. A apresentação foi dividida entre a psicóloga Mariane Panek e o psicólogo Bruno Cerdan. Mariane Panek iniciou a fala, explicando que ela e Bruno representam o Conselho desde fevereiro ou março de 2025, com ele atuando como titular e ela como suplente. Ela detalhou o cenário político interno do Conselho de Direitos Humanos, informando sobre uma recente mudança na gestão, que passou a ter a presidência ocupada por um representante do governo (GOV) e a vice-presidência pela sociedade civil, representada pelo Grupo Dignidade. Mariane destacou que uma das principais estratégias de sua atuação tem sido a articulação com outras entidades, citando um contato próximo e produtivo com o Grupo Dignidade, a Cáritas e, especialmente, com o Conselho Municipal de Assistência Social. Segundo ela, essas alianças são fundamentais para construir intervenções coletivas e pautar debates, uma vez que sentem que muitos conselheiros estão presentes apenas de forma representativa, sem o ímpeto de aprofundar discussões necessárias. Ela então se concentrou na principal pauta de incidência que têm trabalhado. Relatou que cobraram uma posição do plenário sobre o fato de o Conselho Municipal de Política sobre Drogas ser o órgão responsável pelas fiscalizações das comunidades terapêuticas. Diante disso, solicitaram formalmente que o Conselho Municipal de Direitos Humanos passasse a ter uma cadeira para participar ativamente dessas fiscalizações. Mariane informou que, caso a solicitação seja aprovada, a expectativa é que a representação seja exercida por eles, do

CRP-PR, em reconhecimento à construção e aos debates que têm liderado. Mencionou também a participação em outras discussões, como a oposição a um projeto de lei que visava punir pessoas que alimentam a população em situação de rua, mas reforçou que a deliberação sobre as fiscalizações das comunidades terapêuticas é, no momento, o principal foco. Dando continuidade, Bruno Cerdan complementou o relato. Ele reforçou a importância do trabalho em aliança com as organizações não-governamentais e afirmou que o CRP-PR tem se destacado como o "Conselho de classe mais ativo" dentro do Conselho Municipal de Direitos Humanos. Como exemplo de sua atuação e presença constante, citou a participação na celebração de 30 anos do Conselho Permanente dos Direitos Humanos do Estado do Paraná (COPEDE), onde pôde dialogar com outros atores políticos. Ele também anunciou um novo passo estratégico: a intenção de pleitear uma vaga nas eleições para o Conselho Estadual de Direitos Humanos, por considerá-lo outro espaço de grande importância para a psicologia. Bruno finalizou sua fala com uma reflexão pessoal, afirmando que a experiência no controle social tem sido profissionalmente muito rica para ele e para Mariane, e acrescentou um detalhe sobre o fluxo de trabalho, mencionando que encaminham constantemente formulários para a assessoria de políticas públicas do CRP-PR, diretamente para o psicólogo Gabe.

5.1.3. Conselho Municipal de Saúde. A palavra foi concedida ao Conselheiro Emerson, que se apresentou como o representante do CRP-PR no Conselho Municipal de Saúde de Curitiba desde o início de 2024. Ele iniciou sua fala parabenizando o psicólogo Gabe Martignago pela iniciativa de pautar a discussão, reforçando a importância fundamental de o CRP-PR ocupar espaços de controle social em municípios de grande porte, como Curitiba. Emerson historiou o processo de inserção nesse Conselho, detalhando que o CRP-PR esteve sem assento entre 2020 e 2023. A vaga foi reconquistada após uma mobilização de profissionais da psicologia durante as plenárias municipais de 2023, que resultou na eleição de nove delegados e, conseqüentemente, na obtenção de uma cadeira para o Conselho de classe. Ele fez uma ressalva importante sobre a natureza dessa representação: o CRP-PR detém apenas a titularidade, não tendo um suplente da própria categoria. O suplente da vaga, segundo ele, é o Sindicato dos Farmacêuticos, o que o leva a uma sensação de atuar "sozinho" naquele espaço. Emerson descreveu o Conselho Municipal de Saúde de Curitiba como um "espaço difícil" e "burocrático" para a participação efetiva do controle social. Ele ofereceu detalhes específicos sobre a cultura do local, pontuando que é o único Conselho que já participou onde as reuniões não ocorrem em roda ou em torno de uma mesa. Em vez disso, tanto as plenárias gerais quanto as reuniões das comissões temáticas são organizadas em um formato de "plateia" ou "aula", o que, em sua avaliação, inibe a cultura de diálogo entre os conselheiros. Acrescentou que os participantes não têm acesso aos contatos uns dos outros, dificultando a articulação externa. Ele também abordou os desafios logísticos. Informou que, até o ano anterior, a Comissão Temática de Saúde Mental se reunia em um horário que coincidia com a plenária do próprio CRP-PR, o que impedia sua participação direta. A solução encontrada foi alternar a presença com outras psicólogas colaboradoras da comissão de saúde do CRP. Atualmente, o Conselho tem assento na Comissão de Saúde Mental, na de Saúde do Trabalhador e na de Finanças. Ele identificou a psicóloga Francine, presente na plenária, como a representante na Comissão de Saúde do Trabalhador e sua suplente na de Saúde Mental. No que diz respeito à pauta política, Emerson relatou que, durante seu tempo no Conselho, nenhum tema específico de saúde mental foi levado para debate na plenária geral, com as discussões permanecendo restritas ao âmbito burocrático da comissão temática. Ele avaliou que o CRP-PR, atuando isoladamente, não possui força política para avançar suas pautas. Como exemplo, contou que se candidatou à coordenação da Comissão de Saúde Mental, mas não obteve êxito, pois percebe que os representantes dos usuários e parte dos trabalhadores são "muito cooptados pela gestão". Ele também relatou ter enfrentado oposição ideológica, mencionando uma conversa informal "nos corredores" em que uma líder representante dos usuários rotulou o CRP como sendo composto por "representantes esquerdistas que defendem o aborto", afirmando que não eram bem-vindos ali. Para contornar esse isolamento, Emerson informou que recentemente passou a integrar o Fórum Popular em Saúde (FOPS), buscando estabelecer novos diálogos e parcerias para

fortalecer sua atuação. Concluiu sua fala informando que o mandato da atual gestão do Conselho Municipal de Saúde vai até 2027. **5.1.4. Conselho Municipal de Assistência Social.** O ponto de pauta foi realizada pela psicóloga Patrícia. A Psicóloga detalhou sua vasta experiência profissional, informando ser trabalhadora do SUAS (Sistema Único de Assistência Social) na Fundação de Ação Social (FAS) há quase 20 anos, com passagens pelo CRAS, CREAS e, atualmente, em uma unidade de acolhimento. Patrícia informou que representa o CRP-PR no Conselho Municipal de Assistência Social de Curitiba. Ela explicou a composição do Conselho e a natureza da cadeira ocupada pelo CRP: dentro da representação da sociedade civil, o Conselho de psicologia está na categoria de "trabalhador", ao lado do Sindicato dos Servidores Municipais de Curitiba (SISMUC) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Ela articulou sua visão sobre a importância da participação em três frentes: garantir a representatividade do CRP, assegurar a presença da psicologia na construção de políticas públicas e, fundamentalmente, trazer um "olhar humanizado" para essas políticas, tanto para os usuários quanto para os próprios trabalhadores. Conectando sua fala à do conselheiro anterior, ela lamentou as dificuldades enfrentadas no Conselho de Saúde, argumentando que a pauta da saúde mental é o que hoje "atrapalha a assistência social no município". Utilizou como exemplo a questão da população em situação de rua, afirmando que não basta oferecer moradia se a pessoa não tiver condições de saúde mental para administrar sua vida e sua casa. Expressou, contudo, seu orgulho em representar a profissão nesses espaços. Patrícia também compartilhou informações logísticas sobre o Conselho, mencionando a recente realização da 16ª Conferência Municipal da Assistência Social e informando que as reuniões ordinárias ocorrem na quarta-feira de cada mês, na sede da FAS, com possibilidade de acompanhamento online. Detalhou que ela atua como titular e que a suplente, Fernanda, também participa ativamente das atividades, e que o CRP integra a comissão temática de políticas. Uma das funções cruciais do Conselho, segundo ela, é a fiscalização e aprovação do repasse de verbas para a implementação das políticas. Por fim, informou que o mandato de dois anos da atual representação está se encerrando no final do ano e, como já completaram duas gestões consecutivas, o CRP-PR só poderá pleitear a vaga novamente daqui a dois anos. Após a apresentação, a Conselheira Ana Lígia tomou a palavra para encerrar o ponto de pauta. Ela endossou as falas de todos os representantes, reforçando a importância estratégica do controle social para a psicologia e para o exercício da cidadania. Reconheceu as dificuldades da atuação, que é um trabalho voluntário, desgastante e politicamente complexo, citando como exemplo o Conselho de Política sobre Drogas, onde o maior desafio pode vir da própria sociedade civil, devido à forte presença das comunidades terapêuticas. Em seguida, Ana Lígia fez questão de pontuar de forma nítida a natureza da representação institucional nesses espaços. Ela enfatizou que todas as pessoas que ali estão representam o Conselho Regional de Psicologia e, por extensão, a gestão vigente. Sendo assim, a indicação de representantes é de livre decisão da gestão, que pode alterar a representação a qualquer momento, sem necessidade de autorização ou endosso de quem ocupa a cadeira. O critério para tal mudança, segundo ela, é a percepção de que a pessoa não está mais alinhada às ideias e posicionamentos da instituição que representa. Para ilustrar a gravidade e a importância desse alinhamento, ela narrou um caso ocorrido em Ponta Grossa, quando uma psicóloga que representava o CRP-PR na presidência do Conselho Municipal de Drogas participou de um ato público de queima de drogas junto à polícia, ação que gerou manchetes na imprensa. Ana Lígia contrapôs essa atitude com o posicionamento oficial do sistema Conselhos, que é antiproibicionista, questionando como uma representante poderia tomar uma ação tão diametralmente oposta à política da instituição. Finalizando, ela fez uma distinção entre a colaboração e a oposição dentro desses espaços. Afirmou que, de seu ponto de vista como gestora, não importa qual chapa um colaborador apoiou em eleições, desde que sua postura seja de contribuição com a psicologia. O problema, segundo ela, surge quando um representante utiliza o espaço para "minar o trabalho que está sendo feito por uma determinada gestão". Ela concluiu sua fala reafirmando que a gestão possui total autonomia para substituir representantes que adotem essa postura. **6. Comissões Permanentes. 6.1. CER - Núcleo de Psicologia e Negritudes.** Apresentação: Vanelise

(Em nome da Cons. Pâmela). A pauta foi apresentada pela psicóloga Vanelise, que falou em nome da Conselheira Pamela, presidente da Comissão Étnico-Racial (CER), que não pôde estar presente. Vanelise expôs a proposta de criar um "Núcleo de Psicologia e Negritudes" dentro da estrutura da CER. Ela contextualizou que a comissão já abrigava um "Núcleo da População Indígena" e que, após discussões sobre a melhor forma de organizar as pautas, a ideia era formalizar um segundo núcleo para as discussões específicas sobre negritude. Ela detalhou o raciocínio por trás da proposta. Explicou que, em uma plenária anterior, cogitou-se transformar a pauta da negritude em uma comissão temática separada. No entanto, a Conselheira Pamela expressou preocupação com essa abordagem. Vanelise informou sobre a diferença crucial entre as instâncias do Conselho: a CER é uma comissão *permanente*, o que significa que sua existência e continuidade independem da gestão em exercício, conferindo-lhe solidez e força institucional. As comissões *temáticas*, por outro lado, podem ser alteradas ou descontinuadas a cada nova gestão. Portanto, a proposta de abrigar o novo núcleo *dentro* da comissão permanente foi uma decisão estratégica para fortalecer tanto a pauta da negritude quanto a da população indígena, garantindo que ambas tivessem a proteção e a continuidade de uma estrutura permanente. A proposta final, então, era manter a CER como um espaço estadual que discute ambos os temas em conjunto, mas com dois núcleos formalizados e separados para aprofundar suas pautas específicas. A psicóloga Mariane Panek pediu uma breve elucidação sobre a mudança, ao que Vanelise Antoniassi reiterou que, anteriormente, apenas o núcleo indígena estava formalizado e que a nova estrutura criaria um espaço análogo e dedicado para as questões da negritude, sem fragmentar a comissão principal. O Conselheiro Emerson perguntou se havia representantes da CER presentes para opinar, o que levou o psicólogo Fabio Arevalo a tomar a palavra. Fábio se apresentou como indígena e membro do Núcleo de Psicologia e Povos Indígenas. Ele relatou que sua experiência desde o início da gestão foi muito positiva, pois o núcleo se tornou um espaço fundamental para os poucos psicólogos indígenas que estavam se aproximando do Conselho. Ele explicou que, por serem uma minoria numérica, suas pautas específicas por vezes eram "atropeladas" por discussões étnico-raciais mais amplas que não contemplavam suas realidades. O núcleo, segundo ele, foi crucial para "demarcar esse território" e aprofundar seus próprios "atravessamentos". Embora não tenha opinado diretamente sobre a criação do Núcleo de Negritude, seu testemunho serviu como um forte endosso ao modelo de ter núcleos específicos para diferentes grupos dentro da comissão. Ele aproveitou para anunciar que a história do núcleo será contada em uma publicação com lançamento previsto para 30 de agosto e agradeceu à gestão pela oportunidade. Após a contribuição de Fábio, a Conselheira Ana Lígia conduziu a votação. Verificando não haver manifestações contrárias, a proposta de criação do Núcleo de Psicologia e Negritudes dentro da Comissão Étnico-Racial foi aprovada pela plenária. Imediatamente após a aprovação, foi informado que a Conselheira Pamela havia enviado um texto para ser lido, o que foi feito pela Conselheira Kathia de Godoy. O texto de Pamela apresentava uma defesa política e filosófica da proposta. Argumentava que a CER, enquanto instância permanente, tem o compromisso de enfrentar o racismo e que sua função estratégica é justamente articular núcleos específicos que respondam às singularidades de diferentes povos racializados. O texto enfatizava que a criação de núcleos não fragmenta, mas "vitaliza" a comissão, funcionando como "braços vivos" que alcançam diferentes territórios, enquanto a CER atua como o "tronco comum que sustenta esses ramos". A autora defendia que a psicologia que a comissão promove não se baseia em universalismos, mas se enraíza nas experiências específicas dos povos negros e indígenas, que demandam suas próprias metodologias. A permanência da comissão, segundo o texto, é o que permite acumular memória política e ter a profundidade que a luta antirracista exige. A criação do Núcleo de Psicologia e Negritude era, portanto, uma "consequência natural e necessária" de uma comissão que se reconhece como plural e coletiva. O texto foi encerrado com a saudação "Axé e continuidade". A Conselheira Ana Lígia agradeceu a leitura e as palavras de Pamela e Kátia. **Encaminhamento:** A pauta da proposta apresentada pela Comissão Étnico-Racial (CER) foi aprovada, ficando deliberada pela plenária a criação do Núcleo de Psicologia e Negritudes. Dessa forma, a CER, que é uma comissão

permanente do CRP-PR, passa a abrigar formalmente dois núcleos com discussões específicas: o já existente "Núcleo da População Indígena" e o recém-aprovado "Núcleo de Psicologia e Negritudes". **7. Reestruturação fiscalização COF.** A Conselheira Ana Lúcia iniciou a pauta apresentando um dos pilares de um projeto, ainda em construção, para a reestruturação do trabalho da Comissão de Orientação e Fiscalização (COF). Ela explicou que a proposta central é alterar o modelo de atuação da COF, passando de um sistema reativo, que age a partir de denúncias recebidas, para um modelo proativo, no qual o próprio Conselho tomará a iniciativa de fiscalizar instituições. Ciente do grande número de instituições que poderiam ser alvo, ela explicou que a estratégia seria definir, a cada semestre, um tema ou tipo de equipamento específico para ser o foco das fiscalizações. Como proposta inicial do plenário para o primeiro ciclo de fiscalizações, ela sugeriu o tema das Comunidades Terapêuticas (CTs), justificando a escolha pela recorrência e gravidade das questões que chegam ao Conselho sobre esses locais. Abriu, então, a palavra para o debate e para outras sugestões de temas, citando como exemplos de outras áreas sensíveis as APAEs e as diversas instituições de privação de liberdade. A Psic. Mariane Panek iniciou sua fala com uma pergunta para delimitar o escopo da ação, questionando se as fiscalizações se dirigiam apenas às práticas institucionais ou se incluíam a orientação aos profissionais de psicologia que atuam nesses espaços, o que Ana Lúcia confirmou. Em seguida, Mariane compartilhou sua experiência no movimento da luta antimanicomial, relatando que recebem denúncias de violações graves por parte de pacientes atendidos em clínica que são egressos desses espaços, e mencionou o receio que os profissionais têm em denunciar, por vezes temendo pela própria vida. Ela detalhou que, dentro do movimento, estão produzindo materiais para compilar essas denúncias, que chegam por parte de psicólogos clínicos cujos pacientes compartilham as vivências traumáticas que tiveram nesses locais. A angústia, segundo ela, reside em como orientar esses profissionais a procederem, dado o risco envolvido em denunciar diretamente ao Ministério Público. Ela também mencionou a frustração expressa em uma audiência pública sobre o tema, onde foi dito que não havia abertura com o CRP para regulamentar a atuação de psicólogos nesses espaços, muitas vezes porque não há psicólogos atuando neles. Adicionalmente, Mariane trouxe um novo ponto à discussão: as violações relatadas por estagiários de psicologia. Ela argumentou que, como a regra exige que haja um profissional com CRP ativo para supervisionar os estágios, o Conselho poderia ter uma ação de fiscalização voltada para esses supervisores que não estariam repassando os problemas que acontecem. Mencionou a existência de um colégio específico em Curitiba com um acúmulo de denúncias de violação de direitos de crianças, e se colocou à disposição para colaborar nesse sentido. O psicólogo Tiago Dolphine propôs, como estratégia, um alinhamento com os Conselhos municipais. Ele argumentou que estes poderiam indicar instituições problemáticas que, por vezes, são protegidas por vínculos políticos locais ("apadrinhamento"), e o CRP-PR, por sua natureza de autarquia autônoma, poderia atuar com maior isenção. A psicóloga Simone Gomes contribuiu com três pontos: primeiro, questionou se o foco seria apenas em locais autodenominados CTs ou se abrangeria outros com lógicas similares, como "casas de apoio"; segundo, defendeu que a amostragem das fiscalizações fosse representativa de todas as regiões do Paraná; e terceiro, sugeriu que a escolha dos locais fosse subsidiada por uma consulta às comissões temáticas do CRP-PR e aos seus representantes nos Conselhos sobre drogas. O Conselheiro Mario ofereceu um contraponto, alertando para o que descreveu como uma nova e grave ameaça: a migração de supostas "clínicas psiquiátricas" de São Paulo para o Paraná. Ele detalhou a ilegalidade de suas operações, que realizam internações sem possuir estrutura legal de hospital, e que muitas vezes estão associadas a serviços de "resgate" que utilizam de violência. Diante da gravidade, ele propôs que essas clínicas fossem o foco prioritário da primeira ação de fiscalização, em vez das CTs. O psicólogo Diego Sikorski, após pedir informações sobre os canais de denúncia existentes, propôs a criação de um canal específico e mais acessível para denúncias relacionadas a essas instituições, o que poderia auxiliar no mapeamento territorial das violações. Ele também sugeriu a compilação de relatórios de inspeção já existentes, como os da Anvisa, para fortalecer a atuação institucional do Conselho. A psicóloga Desiree sugeriu

que as fiscalizações também contemplassem instituições públicas e privadas que atendem pessoas com deficiência, como escolas especiais, unidades de acolhimento, hospitais psiquiátricos, CAPS e UBSs, relatando ter observado dificuldades e até mesmo violência psicológica nesses espaços. Diante da multiplicidade de sugestões, a Conselheira Ana Lúcia interveio para recentralizar o debate, explicando que, devido à impossibilidade de fiscalizar tudo, a decisão necessária naquele momento era definir o *primeiro tema*. Em resposta a uma pergunta do psicólogo Bruno Cerdan sobre a capacidade operacional da COF, ela afirmou que a reestruturação em andamento contemplaria essa questão. A discussão sobre o tema prioritário continuou, com o Conselheiro Sérgio sugerindo adiar a decisão para consultar as comissões, conforme proposto por Simone. A Psic. Mariane Panek fez defesa de que se começasse pelas Comunidades Terapêuticas. Ela argumentou que, enquanto outras instituições governamentais possuem instâncias de fiscalização, as CTs representam um vácuo de supervisão. Ela se baseou em sua experiência no movimento da luta antimanicomial, que está em seu terceiro ano, para afirmar que o CRP tem se tornado uma referência na produção de materiais sobre o tema, tanto em nível regional quanto federal. Ela informou que o movimento recebe denúncias, principalmente pelo Instagram, de profissionais que atendem egressos e que não existem instâncias eficazes para encaminhá-las, já que até mesmo o aval do Ministério Público para internações compulsórias por vezes surge de forma questionável. Por isso, defendeu que se começasse pelas CTs, pela falta de quem mais faça esse trabalho. Ofereceu-se para encaminhar o material já produzido pelo movimento, que identifica quatro ou cinco CTs com denúncias recorrentes de extrema gravidade, incluindo estupro corretivo e sequestro, como um ponto de partida para a ação do Conselho. O Conselheiro Emerson, por sua vez, apresentou uma moção contrária, propondo a retirada do ponto de pauta. Ele argumentou que seria imprudente iniciar um projeto de reestruturação tão complexo no final de uma gestão, pois não haveria tempo hábil para sua implantação e a continuidade não estaria garantida, sobrecarregando a COF nos últimos meses de mandato. A Conselheira Kathia de Godoy contrapôs o argumento de Emerson, afirmando que a discussão era antiga e que era possível iniciar o planejamento agora para ser apresentado como um relatório de transição para a próxima gestão. A discussão teve uma nova sugestão pela psicóloga Patrícia, que apontou a precariedade dos atendimentos psicológicos terceirizados pela prefeitura, citando o exemplo da Santa Casa de Curitiba com consultas de 15 minutos. Em uma intervenção mediadora, a psicóloga Renata Silva sugeriu que o caso da Santa Casa fosse tratado como uma denúncia específica, a ser apurada pelos trâmites normais da COF, para não desviar o foco da decisão sobre o tema geral e proativo. Patrícia concordou com o encaminhamento. A plenária foi encaminhada para a votação com duas propostas centrais. A primeira, proposta pelo plenário, era definir as Comunidades Terapêuticas como o tema prioritário para o primeiro ciclo de fiscalizações por iniciativa do CRP-PR. A segunda, proposta pelo Conselheiro Emerson, era retirar o ponto de pauta e não definir um tema naquele momento. **Encaminhamento:** Colocadas em votação, a proposta de iniciar as fiscalizações pelas Comunidades Terapêuticas foi aprovada pela ampla maioria dos presentes, com apenas dois votos pela retirada da pauta. Assim, ficou deliberado que o tema inaugural do projeto de fiscalizações por iniciativa do CRP-PR será o das Comunidades Terapêuticas no estado do Paraná. **8. Informes. 8.1. A jornada invisível: os desafios da mulher entre o cuidado, o trabalho e o reconhecimento.** SEI: 570800131.000067/2025-62. A Conselheira Ana Lúcia introduziu o ponto de pauta, que seria um informe da Comissão de Mulheres sobre o evento "Jornada Invisível: os Desafios da Mulher entre o Cuidado, o Trabalho e o Reconhecimento". Ao ser informada que a responsável, Marli, não estava presente, ela passou a palavra para a psicóloga Anayna de Campos. Enquanto Anayna se preparava para falar, o Conselheiro Mario pediu a palavra para fazer uma pontuação que considerava importante para as plenárias futuras. Ele iniciou sua fala rememorando seus primeiros contatos com o CRP-PR, citando como exemplo o aprendizado sobre a possibilidade de psicólogos realizarem testes rápidos de HIV com o uso de lancetas, e também um encontro com Altieres em Londrina, onde organizaram um evento que denominaram "café insano". A partir dessas memórias, ele construiu seu argumento principal: uma crítica à hesitação em tomar decisões importantes no

final de um período de gestão. Ele defendeu que o final de uma gestão é, na verdade, o momento em que o grupo está mais amadurecido e coeso. Para fundamentar sua posição, utilizou uma analogia com a administração pública e o Plano Plurianual (PPA), explicando que uma nova gestão sempre inicia seu trabalho executando um plano orçamentário elaborado pela gestão anterior. Portanto, ele argumentou que o momento atual era precisamente o mais oportuno para encaminhar propostas robustas, fruto de discussões maduras, em vez de adiar decisões. Ele concluiu fazendo um apelo por uma transição de gestão focada na categoria, de forma suprapartidária, aproveitando o conhecimento acumulado pelo grupo atual antes da renovação de membros, que poderia tornar os processos futuros mais lentos. Após a intervenção de Mario, a psicóloga Anayna de Campos tomou a palavra. Ela se apresentou com sua audiodescrição: uma mulher cis, parda, de olhos e cabelos escuros, usando óculos, blusa preta e um casaquinho verde. Em seguida, fez o informe sobre o evento construído coletivamente pela Comissão de Mulheres. Ela anunciou o título completo do evento, "Jornada Invisível: Os Desafios da Mulher entre o Cuidado, o Trabalho e o Reconhecimento", e informou que ele ocorreria na sede do CRP-PR no dia 16 de agosto, no período da manhã. A Conselheira Ana Lígia encerrou a pauta reforçando o convite para o evento. Ela estendeu o convite de forma explícita a todas as outras comissões temáticas do Conselho, ressaltando que a pauta da Comissão de Mulheres é transversal e atravessa todas as demais áreas de discussão. Para garantir a ampla divulgação, ela repetiu os detalhes do evento: dia 16 de agosto, das nove horas ao meio-dia, organizado pela Comissão de Mulheres.

8.2. III Mostra SUAS I Edição Curitiba. SEI 570800131.000022/2025-98. Apresentação: Comissão Organizadora. A pauta foi apresentada pela psicóloga Simone Gomes, em nome da comissão organizadora da Terceira Mostra SUAS, edição Curitiba. Ela iniciou sua fala contextualizando o histórico do evento. Explicou que o processo teve início no ano anterior, com a primeira edição realizada em Cascavel em abril de 2024, um evento que contou com grande público e foi realizado em parceria com a recém-instituída Comissão de Psicologia na Assistência Social (CPAS) daquela cidade. Simone detalhou que a temática central, mantida em todas as edições, foi a relação entre o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e o Sistema de Justiça. A escolha do tema foi motivada pela grande quantidade de demandas que a Comissão de Orientação e Fiscalização (COF) vinha recebendo sobre o transbordamento de requisições do judiciário (Ministério Público, Tribunal de Justiça e Defensoria Pública) para as equipes dos serviços socioassistenciais. O formato do evento, segundo ela, seguiu o modelo da Mostra Nacional, com uma mesa de debates pela manhã, apresentação de trabalhos à tarde, e uma mesa de encerramento com a COF para discutir um questionário específico. Ela prosseguiu relatando que, após um hiato, o projeto foi retomado em 2025, atendendo aos pedidos para que o evento ocorresse em outras regiões. A segunda edição foi realizada em Londrina, na Universidade Estadual de Londrina (UEL), também com grande participação. A terceira e mais recente edição, em Curitiba, foi descrita por ela como o maior desafio, devido à dificuldade histórica de mobilizar a categoria na capital e região metropolitana. Ainda assim, o evento contou com mais de 100 pessoas no período da manhã. Simone destacou a evolução das discussões ao longo das edições. Em Londrina, por exemplo, foi possível ampliar as parcerias, ressaltando a presença da presidente do Conselho Regional de Serviço Social (CRESS), o que considerou um importante estreitamento de laços entre as duas maiores categorias profissionais do SUAS. Na edição de Curitiba, ocorrida no dia anterior à plenária, ela descreveu como um "presente" a participação do promotor de justiça Mars Perclas, de Almirante Tamandaré. Caracterizou o promotor como "fora da curva" por sua fala abertamente crítica, inclusive em relação ao próprio Ministério Público, e por defender que a Justiça deve ser vista como mais um serviço público, em diálogo horizontal com os trabalhadores, contrapondo a percepção comum de que "a justiça manda na gente". Ela recomendou que os interessados assistissem à gravação, disponível no canal do CRP-PR no YouTube. Como resultados e planos futuros, Simone informou que a CPAS fará uma avaliação interna do evento. Mencionou que, somando as três etapas, foram recebidos entre 60 e 70 trabalhos de profissionais que atuam nos territórios. A proposta que ela então apresentou à CPAS é a de elaborar um relatório conclusivo sobre todo o processo e publicá-lo como um

documento digital, coroando mais de um ano de trabalho. A Conselheira Ana Lúgia parabenizou calorosamente a comissão organizadora, descrevendo o evento como "muito lindo" e "incrível". Elogiou a persistência dos envolvidos, lembrando da luta de Simone para que as mostras acontecessem. Simone Gomes pediu a palavra uma última vez para fazer um agradecimento especial à Comissão de Estudantes, que atuou como monitoria nas três edições do evento, ressaltando a importância dessa integração entre as comissões. Ela enfatizou o caráter colaborativo de todo o trabalho, desde a análise dos resumos até a revisão, e corrigiu o número exato de trabalhos recebidos para 67. Finalizando, a Conselheira Ana Lúgia utilizou o sucesso do evento como exemplo para afirmar que a gestão de um Conselho não é feita apenas pelos conselheiros, mas por toda a rede de colaboradores que se engajam nos projetos. **Encaminhamento:** A Psic. Simone sugere registro em ata do sucesso das três edições da Mostra SUAS e na formalização da proposta da comissão organizadora, de produzir e publicar um relatório conclusivo digital sobre o ciclo de eventos. A proposta será agora avaliada internamente pela Comissão de Psicologia na Assistência Social (CPAS).

8.3. Comissão de Psicologia Escolar e da Educação. Apresentação: Cons. Psic. Fabiola. A pauta, um informe da Comissão de Psicologia Escolar e da Educação, foi apresentada pela Conselheira Fabiola. Ela iniciou sua fala atualizando o plenário sobre o andamento de duas ações principais da comissão. A primeira ação detalhada foi a pesquisa sobre as práticas da psicóloga e do psicólogo escolar no Paraná. Ela informou que a comissão se reuniu na semana anterior com o psicólogo Gabe Martignago, que está auxiliando na análise dos dados coletados. Como resultado dessa análise, a comissão definiu que produzirá um relatório formal para publicar os dados da pesquisa e acredita que o material já estará pronto para ser apresentado na próxima plenária. A segunda ação reportada foi a aprovação e o planejamento de um grande evento, organizado em parceria com as comissões de Psicologia Anticapacitista e de Avaliação Psicológica. Fabiola anunciou o título do evento: "Educação e Avaliação Psicoeducacional: Perspectivas Anticapacitistas e Antirracistas". Ela explicou que o evento será estruturado em quatro encontros, cada um com um tema específico, sendo: O primeiro encontro abordará a implementação da Lei 13.935 e a educação inclusiva; O segundo tratará da avaliação psicológica sob a perspectiva de povos tradicionais e não tradicionais, incluindo a pauta da migração e a participação da Comissão Étnico-Racial (CER). Para esta mesa, ela confirmou a presença de Isabel Ranzin, do Conselho Federal de Psicologia (CFP); O terceiro encontro será focado na avaliação do Transtorno do Espectro Autista (TEA), com as presenças confirmadas de Melody e Eduardo Pedroso, do CRP de São Paulo; O quarto e último encontro discutirá práticas anticapacitistas. Ela informou que, se a organização prosseguir conforme o planejado, os encontros ocorrerão em todas as quintas-feiras do mês de agosto, e convidou todos os presentes a se programarem para participar. Em seguida, o psicólogo Gabe Martignago fez uma breve participação para complementar as informações, compartilhando mais detalhes sobre as estratégias de incidência que foram construídas coletivamente na reunião da comissão. Sobre a pesquisa, ele informou que foram obtidas 258 respostas, constituindo um material muito rico que poderá, inclusive, servir de base para pesquisas acadêmicas. Ele detalhou o plano de disseminação dos resultados, que inclui o envio do relatório final para ser publicado na página "Psicologia na Educação" do site do CFP, onde outros Conselhos regionais também divulgam suas produções. Gabe também listou outras estratégias de incidência planejadas: a elaboração de ofícios circulares com os dados da pesquisa para instituições parceiras, visando fomentar a implementação da Lei 13.935; o envio de ofícios específicos para a Secretaria de Educação, para o Governo do Estado e para os poderes Legislativo e Executivo dos municípios-sede do Conselho e das cidades dos participantes da pesquisa; e, numa segunda fase, a construção de um "ofício modelo". Este modelo ficaria à disposição de toda a categoria para ser utilizado como ferramenta de advocacy junto às prefeituras para a implementação da lei.

8.4. Questionário COF. A pauta foi apresentada pela psicóloga Simone Gomes, que reportou sobre o andamento e os resultados de um questionário elaborado no ano anterior. Ela detalhou que o instrumento foi uma construção conjunta entre a Comissão de Orientação e Fiscalização (COF), a assessoria de comissões, o controle social e a Comissão de Psicologia na Assistência Social (CPAS). O

objetivo do questionário, descrito como relativamente longo, era mapear as demandas que o Sistema de Justiça impõe aos diversos serviços do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Simone informou que o questionário ficou disponível para respostas por um ano e, após ser reaberto durante a Mostra SUAS de Londrina, alcançou um total de quase 500 respostas. Ela então relatou um desenvolvimento significativo: o Conselho Regional de Serviço Social (CRESS), que havia sido convidado para a parceria inicialmente, também realizou um levantamento similar e obteve um número semelhante de respostas. A partir de uma conversa com a representante do CRESS, Olegna, durante o evento em Londrina, as duas autarquias decidiram unir seus dados, formando um diagnóstico robusto com a perspectiva de quase mil profissionais de psicologia e serviço social do Paraná sobre as demandas indevidas do judiciário. Ela detalhou os próximos passos do plano de ação conjunto. Informou que uma reunião entre as COFs do CRP-PR e do CRESS já havia ocorrido e que uma nova reunião estava agendada para o início de agosto, com o objetivo de analisar os dados já tabulados e traçar um plano de intervenção concreto. Esse plano de incidência política, segundo ela, inclui várias frentes: enviar os resultados consolidados para o Tribunal de Justiça do Paraná, o Ministério Público e o Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS); agendar reuniões presenciais com esses órgãos para entregar e discutir os dados pessoalmente; e realizar uma agenda específica com a Casa Civil do Governo do Estado, com o argumento de que, se o problema alegado para a não contratação de equipes técnicas pelo judiciário é a falta de verbas, é preciso dialogar diretamente com quem distribui os recursos orçamentários. A Conselheira Kathia de Godoy complementou a fala, reforçando a importância da união de forças entre os dois Conselhos de classe. Ela argumentou que essa ação é uma forma de "dar uma resposta para a categoria", pois após as Mostras SUAS terem fomentado o questionamento sobre as demandas indevidas, os profissionais que responderam ao questionário agora esperam uma atitude do Conselho em relação aos dados coletados. Retomando a palavra, Simone Gomes fez duas propostas finais. A primeira foi a de publicizar os dados da pesquisa, sugerindo que os gráficos gerados pelo formulário poderiam se tornar um material de comunicação de grande impacto. A segunda foi um registro de uma provocação feita pelo promotor Mars Perclas no evento do dia anterior. Segundo ela, o promotor destacou que o Sistema de Justiça tem dificuldade em compreender não apenas o que é uma demanda indevida, mas também qual é o papel devido e os limites da atuação do SUAS. Ele sugeriu a criação de um material mais orientativo e pedagógico, voltado para os operadores do direito, que ilustrasse essas situações limítrofes. Simone pediu que essa sugestão ficasse registrada em ata para ser considerada pela próxima gestão.

Encaminhamento: Ficam, por solicitação, formalmente registradas como encaminhamento as duas propostas finais apresentadas pela Psic. Simone Gomes: a de dar ampla publicidade aos resultados da pesquisa e a de considerar, para uma ação futura, a criação de material pedagógico sobre os limites da atuação do SUAS, direcionado aos operadores do Sistema de Justiça.

8.5. Participação na Conferência Estadual da Igualdade Racial. Apresentação: Psic. Marli. A Conselheira Ana Lúcia introduziu o ponto de pauta, convidando a psicóloga Marli para relatar sua participação na Conferência Estadual da Igualdade Racial. Marli iniciou sua fala contextualizando seu informe com uma referência simbólica, mencionando que no dia anterior, 25 de julho, havia sido celebrado o Dia da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha, uma data que, segundo ela, remete à força coletiva e à ancestralidade. Afirmou que sua presença no Conselho é um ato de responsabilidade e compromisso, e que se constitui de forma política, técnica e afetiva. Ela então passou ao relato de sua experiência representando o CRP-PR na Sexta Conferência Estadual da Igualdade Racial, realizada em Foz do Iguaçu. Descreveu o evento como intenso e desafiador, marcado por densas articulações políticas e disputas importantes. Sua participação, segundo ela, reafirmou a necessidade essencial da presença da psicologia em ambientes onde se desenham políticas públicas de enfrentamento ao racismo. Uma de suas observações críticas foi a de que a pauta da saúde mental ainda é tratada de forma pouco aprofundada nesses contextos, aparecendo de maneira genérica e diluída dentro da discussão mais ampla sobre saúde, o que convoca a psicologia a uma atuação de maior incidência. Marli destacou uma ação concreta e de grande

impacto realizada durante a conferência. A pedido de sua colega Ana Ortiz Viotti, mulher indígena e integrante da Comissão Étnico-Racial do CRP-PR, elas construíram e apresentaram uma moção em defesa dos direitos dos povos indígenas, com foco na grave situação enfrentada pelo povo Avá-Guarani. A moção, segundo ela, foi acolhida com respeito e gerou uma repercussão positiva, permitindo que a psicologia se manifestasse de forma técnica, política e profundamente humana. Ao final de sua fala, ela expressou o desejo de que a presença do CRP continue sendo construtiva e alinhada às necessidades das populações negras, indígenas e quilombolas. Em seguida, fez uma adição espontânea, conectando sua experiência à fala anterior do Conselheiro Emerson sobre a dificuldade de atuar em certos espaços. Ela confirmou que "não foi fácil estar nessa conferência", mas que se manteve firme em sua representação, com a responsabilidade de realizar a "retroalimentação", ou seja, trazer para dentro do Conselho as discussões e vivências colhidas nesses espaços externos. Concluiu de forma breve, explicando que estava se apressando para organizar a confraternização daquela noite, para a qual convidou todos os presentes. A Conselheira Ana Lúcia agradeceu a contribuição e ofereceu uma forte declaração de apoio. Ela reconheceu a existência de um impasse com o Conselho em questão (o CONSEPIR - Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial) mas, falando como gestora da autarquia, afirmou de forma inequívoca que Marli é a representante do CRP-PR naquele espaço. Finalizou com uma promessa de que a gestão não mediria esforços para garantir a presença de Marli em todas as convocações futuras, assegurando-lhe o respaldo institucional necessário para sua atuação. A pauta, de caráter informativo, foi então concluída com o registro em ata do relatório apresentado por Marli e do endosso formal da gestão à sua representação.

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO: PESSOA FÍSICA - INSCRIÇÃO PRINCIPAL E

DEFINITIVA: ALESSANDRA GRIGOLI DE OLIVEIRA MOREIRA CRP-08/45866; ALEXANDRE DONNINI CRP-08/45833; ALICE RODRIGUES DOS SANTOS DA SILVA CRP-08/45876; ALINE CECILIATO GOMES CRP-08/45870; ALINE EDUARDA GENUINO MULLER CRP-08/45841; ALINE GONÇALVES DOS SANTOS CRP-08/45897; ALINE PEDROLLO GUERRERO SARAIVA CRP-08/45792; AMANDA DA SILVA BONAFINI CRP-08/45836; ANA PAULA DA SILVA CRP-08/45815; ARELIS FELIPE ORTIGOZA GUIDOTTI CRP-08/45784; AROLDO SANTOS DA SILVA SOBRINHO CRP-08/45763; BETÂNIA ALVES FIRMINO CRP-08/45817; BIANCA CRISTINE GONÇALVES CRP-08/45879; BIANCA LETÍCIA FAGUNDES CRP-08/45786; BRUNA LARISSA DE SOUZA CORDEIRO CRP-08/45762; BRUNO APARECIDO DA PAZ GERALDO CRP-08/45868; CAMILA APARECIDA DE OLIVEIRA CRP-08/45757; CAMILA GONÇALVES DA CRUZ CRP-08/45809; CAROLINA DO AMARAL BAETA CRP-08/45871; CAROLINE SCHMITZ CRP-08/45821; CLAUDIA MARIA FERREIRA LUIZ CRP-08/45840; DANIELA SANTOS CARDOSO CRP-08/45781; DANIELE CAMARGO DE PAULA CRP-08/45785; DOLORES SATURNINO RUBIO POTZMANN CRP-08/45811; EDMILSON CUNHA DE CAMARGO JUNIOR CRP-08/45780; ELTON HENRIQUE DE SOUZA DIAS CRP-08/45810; EVELIN KAROLINE DE OLIVEIRA CORREA CRP-08/45778; FELIPE ESSER FISCHER SANTOS CRP-08/45847; FRANCINE LUMI NAKANO NISHIJIMA CRP-08/45855; FREDERICO ABREU KRETZSCHMAR CRP-08/45875; GABRIEL SILVA GUARDIANO SANTANA CRP-08/45789; GABRIELA MARIA CARVALHO FARIA BONOTO CRP-08/45864; GABRIELI DE PAULA FERNANDES CRP-08/45775; GABRIELY RIGONATO LOPES CRP-08/45800; GENÉSIO MENDES CRP-08/45773; GEORGIA LETICIA REBELO FARIA CRP-08/45799; GRAZIELA DA SILVA AMARAL CRP-08/45853; GUILHERME MEIRELLES CRP-08/45848; GYSLAINE CONCEIÇÃO MENDES FERRAZ CRP-08/45861; HANNA REBECCA BEVILAQUA MARINHO CRP-08/45843; HEELEN NÁDJA ABU JAMRA SOUSA CRP-08/45826; HELLEN CAROLINE SILVA CRP-08/45813; ISABELA CAROLINA FABRIS DA SILVA OBO CRP-08/45863; ISABELA GIOVANA MILITÃO MURAKAMI CRP-08/45856; ISABELLA PARRA LOPES PAULINI CRP-08/45842; ISABELLE CHAGAS CRP-08/45857; JAQUELINE CRESTANI CRP-08/45791; JAQUELINE CRUZ MICHALSKI CRP-08/45767; JESSICA ALVES DE ARAUJO CRP-08/45801; JÉSSICA CARLA VILLANI CRP-08/45889; JOABE CALDAS CRP-08/45805; JUAN CAIUS SILVESTRE PAIM CRP-08/41712; JULIA ABRANTES MARTINS CRP-08/45771; JULIA DOS SANTOS CRP-08/45794; JULIA NICOLE ALVES SILVA CRP-08/45823; KATIA SILENE FIOR PERES CRP-08/45867; KAUANE THAÍS MADUREIRA RODRIGUES MARTINEZ CRP-08/45768; KELLY MARIA LOPES RIBEIRO GOMES CRP-08/45779; LARISSA CRISTINA MERCADO RODRIGUES FLORENTIN

CRP-08/45818; LEILA DENISE GAEDKE GONÇALVES CRP-08/45798; LETÍCIA CORDEIRO CRP-08/45769; LORENA APARECIDA ASSIS MOTA DA SILVA CRP-08/45814; LORENA DA SILVA SOLER CRP-08/45872; LUAN MACIEL VELHO CRP-08/45860; LUANA JAIME ALVES CRP-08/45760; LUCAS DA CRUZ BALSARETTI CRP-08/45832; LUCIANO APOLLONI NEUMANN CRP-08/45807; LUCIANO MADUREIRA BIONDI CRP-08/45759; LUIZA BENDER VAZ CRP-08/45837; LUIZA DE LOURDES FONSECA SILOTTO CRP-08/45797; LYANDRA DAS GRAÇAS KSZAN DE MELLO CRP-08/45793; MARIA EDUARDA CALDAS GOMES CRP-08/45828; MARIA EDUARDA VIEIRA DA SILVA CRP-08/45834; MARIA VITORIA DE ALMEIDA ANTUNES CRP-08/45796; MARIANA ALVES MOREIRA CRP-08/45874; MARIANA MARTINATTO LEONARDO CRP-08/45865; MARINA DILAY DE OLIVEIRA GOMES CRP-08/45783; MARINA MACHRY NASCIMENTO CRP-08/45827; MARINA VIEIRA TEIXEIRA CRP-08/45820; MARIO ALBERTO OTERO MANCINI CRP-08/45802; MATHEUS QUERINO DE LIMA CRP-08/45806; MAURILIO VELTER LIMA CRP-08/45862; MICHELLE WIDELSKI DA SILVA CRP-08/45854; MILENA CORDEIRO CRP-08/45816; MILLENA GONZATTI CRP-08/45804; MOACIR WALLACE DE ARUJO LEITE CRP-08/45787; MÔNICA BARROS DE ABREU CRP-08/45824; NATHALIA MARQUES DE FREITAS CRP-08/45766; NAYALLA DE LIMA PERIOLO CRP-08/45844; NICOLAS AMADO NUNES SOLIS CRP-08/45808; NICOLLE LIMA DA SILVEIRA CRP-08/45774; OSEIAS DE LARA MEDEIROS CRP-08/45765; PATRICIA BEATRIZ DA SILVA CRP-08/45850; PATRICIA MENDES MELO CRP-08/45839; PAULO ANTONIO GARBUS CRP-08/45845; RAFAELA ANA ZUNTINI COSTA CRP-08/45770; RAFAELA DA SILVA LEOPOLDINO DOS SANTOS CRP-08/45852; RAFAELA PRESCINOTTI VIVAN CRP-08/45825; REGIANE APARECIDA BAÚ GOMES CRP-08/45873; RENATA BONAMIN VERZA CRP-08/45829; RENATA MAKSEMIV PERACETTA CRP-08/45831; RHAYRA ANNA CARLOS FRACARO CRP-08/45849; RITA DE CASSIA NATAL RICCI CRP-08/45869; SARAH EMILLY SOUZA OLIVEIRA CRP-08/45803; SHIRLEI APARECIDA DE SOUZA CAMPOS CRP-08/45851; STEFANI SEHN HILGERT CRP-08/45812; STEFANY KAWANE PIRES KUDLINSKI NOGUEIRA CRP-08/45858; TAYNÁ CAROLINE SILVA DA FONSECA CRP-08/45830; THAINA KETLIN DE OLIVEIRA CARNEIRO CRP-08/45790; THALVANER HENRIQUE KUNTZE CRP-08/45819; THAMIRES GARCIA CRP-08/45838; TONY I RON TSAI CRP-08/45859; VANESSA CAMPOS MOREIRA CRP-08/45777; VENICIA ARAUJO DE OLIVEIRA BORGES CRP-08/45776; YARA JANAINA MONTOR VASCONCELOS GONÇALVES CRP-08/45761.

ALTERAÇÃO DE CIP PROVISÓRIA PARA DEFINITIVA: ADRIANA DOS SANTOS PASSONI CRP-08/39588; ALANA FIALHO DOS SANTOS CRP-08/43812; ALEXANDRE ANDRETTA BARROSO CRP-08/45199; ALINE LUCY DA ROSA MARQUES CRP-08/43530; AMANDA CAROLINE VAZ CRP-08/42850; AMANDA FACCO RODRIGUES DE OLIVEIRA CRP-08/39607; AMANDA SILVA XAVIER CRP-08/45289; ANA CAROLINA DE PRA CRP-08/39674; ANA CAROLINE DIAS CRP-08/44570; ANA CLARA NUNES MOREIRA CRP-08/45251; ANA CLAUDIA KRÜGER CRP-08/39640; ANDRESSA MICKOSZ DE CAMPOS CRP-08/45476; ANGEL MIRIADE DE SOUZA CRP-08/42046; ANGELA MARQUES DE MORAIS SILVA CRP-08/44679; AYSLLA RAYANE CAPI LEMES DA SILVA CRP-08/45216; BEATRIZ SPINA STUGINSKI CRP-08/42354; BRENDA NATALIA FLEISCHMANN CRP-08/43981; BRUNA CALEFFI DOS SANTOS CRP-08/44996; BRUNA THAYNARA ROQUE CRP-08/44509; BRUNO FERNANDO DE JESUS MELARÉ CRP-08/41063; BRUNO MONTESCHIO NERY CRP-08/39598; CAMILA MAROLDI BRANDINO CRP-08/42339; DHEBORA CRYSTINA ALVES DOS SANTOS FRANCO CRP-08/44859; EDICASSIA TAVARES KURPEL CRP-08/44429; EDUARDA CRISTINA VASCONCELLOS CRP-08/45235; EDUARDA DA SILVA GRABASCK NARCISO CRP-08/39673; ELENILDA DOMINGUES NUNES CRP-08/40638; ELLEN SARA NEGREIROS SALES CRP-08/39475; EMILLY CAROLINE DE SOUZA JUK CRP-08/42122; EMILLY HENNEMANN DO NASCIMENTO CRP-08/39656; EVA APARECIDA DOS REIS CRP-08/40759; FABIO JOSE FABRO DA SILVA CRP-08/40706; FRANCYSLAINE DA HORA SANTOS FARIAS CRP-08/44975; GABRIEL XAVIER LOPES DE MENDONÇA CRP-08/45396; GABRIELA COSTA GOSCH CRP-08/39584; GABRIELA GOMES MACHADO CRP-08/44691; GABRIELI ANDRESSA MARIANO CRP-08/40243; GIOVANI MILANESE CRP-08/39113; GIOVANNA LETTÍCIA DA SILVA MAZUCA CRP-08/44831; HELLEN KUNZENDORFF LINDNER CRP-08/45422; HELLISON RAFAEL DE OLIVEIRA CRP-08/42896; HELOISA CRISTINA SANDALOVSKI VEDOVATTO CRP-08/44388; HENRIQUE NOVAK MARINHO CRP-08/44920; IMACULADA NAZARÉ DA SILVA CRP-08/39336; INGRITH LAYANE CAVASSANI DE OLIVEIRA CRP-08/44955; ISABELA SUNIGA DE OLIVEIRA CRP-08/42279;

ISABELLA YUMI VIEIRA NAKAMURA CRP-08/37756; ISABELLI MERENDA CAMARGO CRP-08/44957; JANAINA RODRIGUES BATISTA DO AMARAL SALLES CRP-08/45641; JANAINA ROSELI SIMÕES DIAS MICHELON CRP-08/44016; JENIFFER MARIANE KOWALSKI CRP-08/31145; JESSICA KAROLINA PLONKOSKI GONÇALVES CRP-08/37764; JÉSSICA DOS SANTOS DALMAGRO CRP-08/44332; JOISLAINE GONÇALVES RECH CRP-08/45075; JONAS EDISON FAGUNDES RICHERT CRP-08/45431; JULIA DAMACENA CACCIA CRP-08/39557; JULIA MENEGUETTI CANIATO CRP-08/39570; JULIA OTTESBACH ROSA CRP-08/43347; KAREN PATRICIA GUIOTTO CRP-08/43305; KASSIA RAFAELA GOLFETO CRP-08/39579; KEILA DE OLIVEIRA FRANCO RIBERO CRP-08/43283; LAURA KALED BARRETO AMORIM CRP-08/44008; LETICIA CARRIEL DOS SANTOS CARDOSO CRP-08/40439; LETÍCIA SAYURI PASTORE CRP-08/39788; LETÍCIA ZANFRILLI CRP-08/44529; LISANDRA MARQUES DE OLIVEIRA CRP-08/37702; LUANA BORGES DOS SANTOS CRP-08/45091; MAIRA KEROLYN DE OLIVEIRA CARDOSO CRP-08/37658; MANUELA LUDWIG CRP-08/44912; MARCELA COLLETES COSTA CURTA CRP-08/42422; MARIA GABRIELLI DE SOUZA PEDROSO CRP-08/39441; MARIA LUCIANE BARBOSA DE LIMA CRP-08/44330; MARIANE SILVA LEME CRP-08/40436; MARIE ELIZETH BRAZ DE OLIVEIRA CRP-08/44943; MATHEUS SANTANA DA SILVA CRP-08/39636; MELQUISEDEC FRANCISCO DA SILVA JUNIOR CRP-08/43744; MILENA GALVAO DE ALMEIDA CRP-08/39672; MILENA KÉSSIA PAULINO LIMA CRP-08/42149; NATASHA DE JESUS LIMA MODESTO CRP-08/39979; NATÁLIE TADIOTO PASCHOAL CRP-08/38620; NATHALIA BRIERE SOTTI CRP-08/41038; NATHALIA CÂNDIDO LACERDA CRP-08/39315; NATHALY BORA CRP-08/44130; NATHANAEL FELIPE DE SOUZA ALVEAR CRP-08/43778; NICOLLI ROCHA DE BRITO CRP-08/44787; OLIVETE SIQUEIRA CRP-08/39648; PALOMA SARNOWSKI DA SILVA CRP-08/41406; PAMELA KELLY DOS SANTOS CRP-08/43465; PATRICIA MACHADO DE BOMFIM CRP-08/39442; PAULA BORTOLOZO BOAVENTURA CRP-08/43500; PAULO RICARDO DEBOLETO OLIVEIRA CRP-08/44604; RAFAELA BEATRIZ ALVES FERREIRA CRP-08/44798; RAÍSSA NOGUEIRA FERREIRA CRP-08/44122; REBECA CRISTINA SANTOS SENGER CRP-08/45073; RENATA MARTINS DA COSTA CRP-08/44510; SÂMELA FERREIRA CARNEIRO CRP-08/44091; SANDRA BARBOZA DE LIRA CRP-08/45474; SARA GAMBARO FANHANI CRP-08/45261; SARA GOMES SALARI CRP-08/39497; SARAH ROXANNA SEIF CRP-08/44784; SILVANA PINHEIRO DOS SANTOS CRP-08/42436; SOPHIA ERICA SENN CRP-08/39511; SORAYA GABRIELA POLESELO CRP-08/43832; VANESSA BUENO CRP-08/39464; VIVIANE ANDRADE MOURA CRP-08/43658; YASMIM CRISTINE SOLEKE CRP-08/45081. **TRANSFERÊNCIA:** BRUNA DE OLIVEIRA DE JESUS CRP-08/31658; GUSTAVO ROCHA FERREIRA CRP-08/45822; INGRID HAGATA BATISTA MONTEIRO DA SILVA CRP-08/45782; ITELVINA FERREIRA LISBOA CRP-08/45846; JESSICA DE FREITAS FIRMINO CRP-08/45835; LARISSA CANDIDO DIONISIO FERREIRA CRP-08/45764; LUIZA MOCELIN CRP-08/26765; SÂMELLA EMANUELLA ARAÚJO FERREIRA CRP-08/45795; SUYANNE DA SILVA FROTA CRP-08/45788. **REATIVAÇÃO:** ADRIANI SEMICHECHE QUERUBIM CRP-08/18688; ALANE SCHIABER CASAGRANDE CRP-08/39218; ALESSANDRA RODRIGUES FERREIRA GROCHOVSKI DA SILVA CRP-08/34488; ALINE FERNANDA DOS REIS PEREIRA TRAZZI CRP-08/29151; ALINE HOTH DE CASTRO GALLINA CRP-08/18017; AMANDA CRISTINA ADAMI GONÇALVES CRP-08/36798; ANA PAULA KAMMER CRP-08/38301; ANDREA RIBEIRO BARBOSA HALUCH CRP-08/10985; ANDRESSA SOARES CRP-08/33126; BARBARA PIOTTO TIROLA CRP-08/38856; BIANCA NAYARA DE OLIVEIRA FRANCHINI CRP-08/38923; BRENDA CAROLINE TOSIN DA SILVA CRP-08/29956; BRUNA APARECIDA CARNEIRO FERNANDES CRP-08/38476; BRUNO AURELIO DA SILVA FINOTO CRP-08/17733; DANIELA ARYANE TOMAZ CRP-08/38709; DANIELE MAIA CARRASCHI CRP-08/38398; DOMINICK CAVALHEIRO VEIGA CRP-08/38776; ELIANE MARQUES DE OLIVEIRA RIBAS CRP-08/38968; FERNANDA CRISTINA DE ARRUDA CRP-08/38467; GABRIELLA FILIBRANTE ANDERSON CRP-08/36684; GISELE APARECIDA FEITOZA MAREK CRP-08/22518; GRACIELA LILIANA SAMBURGO CRP-08/04928; JESSICA MUNHOZ MARTINS CRP-08/30194; JHONI EDUARDO DA SILVA HULSE CRP-08/29651; KAREN FRANCINE LANG CRP-08/21810; KEILA CRISTINA MARQUES NARIMATSU CRP-08/12104; LARISSA SARDI FAGIOLO MONTANHER CRP-08/25068; LORENA VOLPATO MAGALHAES CRP-08/31321; MARCIO AUGUSTO CAVALLARI CRP-08/25183; MAYARA ANDRESSA IMME CRP-08/17852; MICHELLE FLORA DOS SANTOS CRP-08/36218; NAUDIELLE OLIVEIRA CRP-08/34014; NEIVA KOTARSKI CRP-08/39166; PAMELLA PARPINELLI CHAVES

MAFRA MENDES CRP-08/39261; RAFAELA PLEFK SANTIAGO CRP-08/33264; ROBERTO SOUSA LOBO CRP-08/38890; SABRYNE PIRES XAVIER CRP-08/34452; SOLIANE CAROLINE DE OLIVEIRA CRP-08/38851; STEFANI LYA DO NASCIMENTO DAL FORNO CRP-08/33536; SUENDREY RIBEIRO GRITTEN CRP-08/38221; THAIS MACHADO DE MAIO CRP-08/25815; VIVIANE DA SILVA NOGUEIRA MAZUROK CRP-08/35707; WILLEMINA LUCRETIA BERENDDSEN CRP-08/05542.

REATIVAÇÃO POR TRANSFERÊNCIA: CARLOS HENRIQUE DE OLIVEIRA CRP-08/35513; ELIVELTO TRAIN CRP-08/27010; MILENE PERUZZO DE LIMA CRP-08/18803; RENATA CARDOSO CRP-08/38119. **2ª VIA CIP:** ALINE LETICIA SIQUEIRA DA ROSA CRP-08/24213; ANGELITA DA SILVA MENDES CRP-08/13421; BIANCA BAPTISTINI CRP-08/35533; CLAUDIA MARIA PISCITELLO DOS SANTOS CRP-08/10545; DESIRRE BOLINELLI GOULART KALINKE CRP-08/36658; EDUARDO CHIERRITO DE ARRUDA CRP-08/22624; ELIDA APARECIDA PEREIRA SOUZA CRP-08/32075; EVERLI MOREIRA FEUSTEL CRP-08/14011; FERNANDA ALAIDE PELOIA CRP-08/33275; FERNANDA DE OLIVEIRA DOS REIS CRP-08/32070; GISELLE FERREIRA DE SOUZA CRP-08/20617; GUSTAVO SINHORINI MENEGON CRP-08/31105; ISABELA DALAGNOL HOLANDA CRP-08/42874; JULIANNE APARECIDA VARGAS DE OLIVEIRA LIMA CRP-08/17509; KARINA RODRIGUES FERNANDES FAGUNDES CRP-08/25498; KINBERLI MARQUES MAGALHÃES CANALLE CRP-08/26089; LARISSA ROSSI DA SILVA CRP-08/25904; LAURA SUELEN HONORIO OLIVEIRA CRP-08/36041; LETICIA CRISTINA POLAKOWSKI FELIPETTO CRP-08/39111; LETICIA LUQUE FUNAYAMA CRP-08/26048; LUCIANE WENNINGKAMP WZOREK CRP-08/18345; NATHALIA TAMIAO GAMEIRO CRP-08/32964; SUZANA DIONIZIO CRP-08/11984; THAIS DE NIGRO BASTOS CRP-08/13440. **INSCRIÇÃO SECUNDÁRIA:** FERNANDA SERPELONI CRP-08/IS-1013; GABRIELA PANARELLO CINTRA VRANJAC CRP-08/IS-1016; RAFAEL ALEX DOS SANTOS MACEDO CRP-08/IS-1014; RAIMUNDA GILCIVANDA ARAÚJO CRP-08/IS-1015. **ISENÇÃO:** ANA CRISTINA PACHECO CRP-08/20493; ELIANE TRAVASSOS CRP-08/03406; GISLAINE NAIARA DA SILVA CRP-08/20424; GUSTAVO SINHORINI MENEGON CRP-08/31105; MARCELA MENDES DE OLIVEIRA CRP-08/22549. **CANCELAMENTO:** ALINE CRISTINA DA SILVA CRP-08/32809; ALINE DANELUZ CARLETTO CRP-08/21828; AMANDA CAROLINE DE SOUSA COELHO CRP-08/43679; ANDREIA DURANTE VIEIRA CRP-08/11404; BARBARA PEREIRA BARBOSA CRP-08/34640; BRUNA APARECIDA FRANÇA CRP-08/26993; CAROLINE DE CÁSSIA FRANCISCO BUOSI CRP-08/12142; EDIANE PETRI CRP-08/34730; ELIANE SEEMANN BERNARDI CRP-08/26942; EMILIA MIRANDA SENAPESCHI CRP-08/26237; EWERTON AUGUSTO BOTELHO ELMINO CRP-08/33611; FERNANDA CALVETTI CORREA CRP-08/28108; FLAVIA KNOPIK CRP-08/10857; HELOIZA ALVES MACINELLI DOS SANTOS CRP-08/34175; IANNAYE DE FATIMA ANDRADE CHIMANSKI CRP-08/34473; ISOLETE APARECIDA VOSS CRP-08/27738; JANINE SANTOS DE OLIVEIRA CRP-08/42381; JUNIOR CESAR DOS SANTOS PEREIRA CRP-08/28402; LARISSA MEZZOMO PIETSAK CRP-08/29096; LEONILDA DOS SANTOS DA COSTA CRP-08/22236; LUANA MAZZOLLI DOVAL CRP-08/40131; LUDMILA ANGELA MULLER CRP-08/20922; LUIZA MOCELIN CRP-08/26765; MAYRA COSTA MARTINS CRP-08/25174; NATALIE TADIOTO PASCHOAL CRP-08/38620; RENAN EMILIO KINTOPP CRP-08/32372; RODRIGO FREITAS VALENTINI CRP-08/18151; ROSELI RODIO CRP-08/20177; ROSE MARY MARKOVICZ SCHULI CRP-08/04155; SABRINA LEMOS GEGENBAUER CRP-08/22791; SÉRGIO RODOLFO ALVES FERRO CRP-08/36518; SIMONE SILVA GALLERANI CRP-08/09285; TAFNY LAIS SILVA BARREIRO CRP-08/39300; TANIA MARA DE CASTRO CRP-08/06095; THIAGO SPIRANDELLI CRP-08/34138; VANESSA LANDUCHE GUIMARAES PELUSO CRP-08/26083. **CANCELAMENTO INDEFERIDO:** DANIELI SFERELLI CRP-08/12923, JUCELIA MARMITT BERARDI CRP-08/13981, NEIRIANA DE BARROS CALVO CRP-08/22952, EDSON GONÇALVES CRP-08/24087, ANA PAULA CAVALCANTE THOMAZ CRP-08/27766, MAÍRA DE CESARO CRP-08/31955, VINICIUS COSTA DE OLIVEIRA RODRIGUES CRP-08/33745, MARIANNA HADDAD GOMES FERREIRA CRP-08/35021, CAROLINA DO PRADO ALVES CRP-08/35390, GIULIA RELL DE COSMO MARTINS CRP-08/39552. **PESSOA JURÍDICA - CADASTRO E REGISTRO:** A G BELLAVER PSICOLOGIA LTDA CRP-08/PJ-04295; AF8 CONSULTORIA E DESENVOLVIMENTO LTDA CRP-08/PJ-04303; ALANNA OLIVEIRA PSICOLOGIA LTDA CRP-08/PJ-04291; ALESSANDRA BOCHOSKI LTDA CRP-08/PJ-04285; ALICE TAYLANA LTDA CRP-08/PJ-04266; ALL TERAPIAS INTEGRADAS LTDA CRP-08/PJ-04320; ANA PAULA MAZORCA LTDA CRP-08/PJ-04264; AUDICLINIC CONSULTORIA ACESSORIA E TREINAMENTO LTDA CRP-

08/PJ-04288; BEATRIZ VIOTTO MANICA PSICOLOGIA CRP-08/PJ-04284; BOLDO MARTINS PSICOLOGIA LTDA CRP-08/PJ-04260; CAROLINA ENNES PSICOLOGIA LTDA CRP-08/PJ-04274; CENTRO ESPECIALIZADO EM SAUDE MENTAL HOMEM LEAO CRP-08/PJ-04313; CLINICA AMA PSICOLOGIA E NEUROPSICOLOGIA LTDA CRP-08/PJ-04322; CLINICA DE PSICOLOGIA AMANDA GALVÃO LTDA CRP-08/PJ-04268; CLINICA DE PSICOLOGIA FERP LTDA CRP-08/PJ-04262; CLINICA MEDICA E PSICOLOGICA DE TRANSITO VIAMED SAO JOSE DOS PINHAIS LTDA CRP-08/PJ-04271; CLINICA PENSA BEM & CIA LTDA CRP-08/PJ-04324; CLINICA TERAPEUTICA REFUGIO DO LAGO LTDA CRP-08/PJ-04310; CLINITEL PSICOLOGIA E MEDICINA DO TRANSITO LTDA CRP-08/PJ-03086-F01; CLÍNICA PLENO SER LTDA CRP-08/PJ-04306; COMECE CLINICA DE PSICOLOGIA LTDA CRP-08/PJ-04311; DIRCEU FRITZ NETO LTDA CRP-08/PJ-04269; DORIA SERVICOS DE PSICOLOGIA LTDA CRP-08/PJ-04294; DRIELE DE FATIMA NUNES LTDA CRP-08/PJ-04299; E. BASSAN LTDA CRP-08/PJ-04267; ELAINE CRISTINA MAGALHÃES CAPARROZ PSICOLOGIA LTDA CRP-08/PJ-04273; EMANOELLI KOTHE PSICOLOGIA LTDA CRP-08/PJ-04312; ESPACO RELACIONAL CONSULTORIO DE PSICOLOGIA LTDA CRP-08/PJ-04346; ESPACO SEZINO SEZINO PSICOLOGIA E DESENVOLVIMENTO INFANTIL LTDA CRP-08/PJ-04314; FLORAZ PSICOLOGIA LTDA CRP-08/PJ-04263; FS GONÇALVES LTDA CRP-08/PJ-04279; GABRIEL TELES DOS SANTOS CLINICA DE PSICOLOGIA LTDA CRP-08/PJ-04302; GGL PSICOLOGIA LTDA CRP-08/PJ-04317; GN MATEUS LTDA CRP-08/PJ-04315; INSTITUTO ABRACO DE ANALISE DO COMPORTAMENTO LTDA CRP-08/PJ-04308; INSTITUTO ALINE SARTORI DE PSICOLOGIA E BEM ESTAR LTDA CRP-08/PJ-04300; INSTITUTO DE TERAPIA DE EXPOSICAO NARRATIVA LTDA CRP-08/PJ-04286; INSTITUTO VITTARELLE LTDA CRP-08/PJ-04290; INTEGRA CUIDADOS EM FONOAUDIOLOGIA E PSICOLOGIA LTDA CRP-08/PJ-04281; ISABELA MANTOVANI FREITAS PSICOLOGIA CRP-08/PJ-04289; IUNG VOLANI PSICOLOGIA LTDA CRP-08/PJ-04297; JULIANA CORREA BORSATO DE OLIVEIRA LTDA CRP-08/PJ-04287; L. E. SCROCCARO INTERVENCAO COMPORTAMENTAL LTDA CRP-08/PJ-04265; LARA CAROLINA PIETRO LTDA CRP-08/PJ-04332; LILIAN SALA PSICOLOGIA LTDA CRP-08/PJ-04326; MARIANA DE FATIMA MIELKE PSICOLOGIA LTDA CRP-08/PJ-04280; MARTINS & PIVA CLINICA INTEGRADA LTDA CRP-08/PJ-04293; MIRIA DEMETRIO BERNARDELLI LTDA CRP-08/PJ-04309; PAULA REGINA LACERDA DE ALMEIDA LTDA CRP-08/PJ-04327; PLL SEIFERT CRP-08/PJ-04319; PSICOLOGA JESSICA BEGNINI FRANZ LTDA CRP-08/PJ-04275; PSICOLOGA LIANA CRUZ LTDA CRP-08/PJ-04321; PSICOLOGO GEOVANE MATTOS LTDA CRP-08/PJ-04272; PSICOLOGIA CLINICA LTDA CRP-08/PJ-04278; PSIQUE PSICOLOGIA E NEUROPSICOLOGIA LTDA CRP-08/PJ-04301; RAFAEL L C NOMELINI PSICOLOGIA LTDA CRP-08/PJ-04323; RAMAVI METODOS DE ENSINO E CLÍNICA DE PSICOLOGIA LTDA CRP-08/PJ-04296; RENATA MARTINS DA COSTA LTDA CRP-08/PJ-04305; RUBENS DE FREITAS DUARTE FILHO LTDA CRP-08/PJ-04304; RW CLINICA E ESPORTE LTDA CRP-08/PJ-04283; SANCHES XAVIER PSICOLOGIA LTDA CRP-08/PJ-04298; SAUDE TOTAL CLINICA MULTIPROFISSIONAL LTDA CRP-08/PJ-04261; SINAPSE MENTE E CORPO LTDA CRP-08/PJ-04325; SNIZEK PSICOLOGIA E PSICANÁLISE LTDA CRP-08/PJ-04318; SWD PSICOLOGIA E NEUROPSICOLOGIA LTDA CRP-08/PJ-04292; UNIMED GUARAPUAVA COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO CRP-08/PJ-04276; VALERIA AMATO PSICOLOGIA LTDA CRP-08/PJ-04258; VALERIO, DELMONICO E CIA. LTDA CRP-08/PJ-04316; VERONICA FLEITH LTDA CRP-08/PJ-04259; VIVENCIAR - CLINICA INTEGRATIVA LTDA CRP-08/PJ-04270; ZAIRA M FERNANDES PSICOLOGA CRP-08/PJ-04282. **RENOVAÇÃO DE CERTIFICADO:** APTA CLINICA MEDICA E PSICOLOGICA LTDA CRP-08/PJ-00542; ARACLIN CLINICA MEDICA E PSICOLOGIA LTDA CRP-08/PJ-02370; ARAUCARIA HABILITACAO, PERICIAS MEDICAS E PSICOLOGICAS LTDA CRP-08/PJ-00681-F1; AVALICLIN CLINICA MEDICA E PSICOLOGIA LTDA CRP-08/PJ-00930; B. SANTOS PAULOZI PIZOLATO CRP-08/PJ-01466; BERTO SERVIÇOS DE PSICOLOGIA LTDA CRP-08/PJ-02226; CENTRO DE ORIENTACAO E CONTROLE DE EXCEPCIONAIS DE CTBA CRP-08/PJ-01543-F1; CHAGAS & TEIXEIRA LTDA CRP-08/PJ-00876; CLIMESO CLINICA MEDICA LTDA CRP-08/PJ-02305; CLINICA DE PSICOLOGIA AMA LTDA. CRP-08/PJ-00615; CLINICA MEDICA DE LONDRINA LTDA CRP-08/PJ-00981; CLINICA MEDICA DE SANIDADE FISICA E MENTAL META LTDA CRP-08/PJ-00849; CLINICA TRANSITAR CURITIBA LTDA CRP-08/PJ-02745; CLINITRAN CLINICA DO TRANSITO DE UNIAO DA VITORIA LTDA. CRP-08/PJ-01055; CLÍNICA CURITIBA MEDICINA E PSICOLOGIA LTDA CRP-08/PJ-03715; CONDUCLINICA MEDICINA E PSICOLOGIA DO TRANSITO

LTDA CRP-08/PJ-01062; ELDER LUIS DEDEMO BOARETTO - CLINICA CRP-08/PJ-01267-F1; ELDER LUIS DEDEMO BOARETTO CLINICA DO TRANSITO EIRELI CRP-08/PJ-01623; EQUILIBRIUM CLINICA DE PSICOLOGIA E NEUROPSICOLOGIA LTDA CRP-08/PJ-01522; ESPAÇO MORADA PSICOLIGIA LTDA CRP-08/PJ-01797; ESPAÇO PSICO SAUDE LTDA CRP-08/PJ-03657; FCS DA ROCHA PSICOLOGIA LTDA CRP-08/PJ-02368; FREITAS CLINICA DE PSICOLOGIA LTDA CRP-08/PJ-03815; GABRIEL ANTONIO SELLA E V. G. DE PAIVA AVILA LTDA CRP-08/PJ-02697; GISAH CHRISTINE SALLOUM CRP-08/PJ01363; IMAC INSTITUTO MULTIPROFISSIONAL DE ANALISE DO COMPORTAMENTO LTDA CRP-08/PJ-02399; LASQUEVSKI & DEGRAF LTDA CRP-08/PJ-03230; LILIAN LOUREIRO - PSICOTERAPIA E COACHING LTDA CRP-08/PJ-02291; MAYANS & CIA LTDA CRP-08/PJ-00409-F1; MEDTRANS SERVICOS MEDICOS LTDA - ME CRP-08/PJ-00865-F1; MINDSET IDEAL PSICOLOGIA LTDA CRP-08/PJ-02350; MIZAEL DA SILVA S/S LTDA CRP-08/PJ-01106; MR CLINICA MEDICA E PSICOLOGICA LTDA CRP-08/PJ-03810; NEURO CONCEPT CLINICA DE REABILITACAO NEUROLOGICA LTDA CRP-08/PJ-01309; NICARE CUIDADO E SAUDE LTDA CRP-08/PJ-02338; NINA PERETTI DE A M GALVAO LTDA CRP-08/PJ-02139; PSICOHABILITAR CLINICA LTDA CRP-08/PJ-00545; PSICOMEDTRAN CLINICA MEDICA E PSICOLOGICA LTDA CRP-08/PJ-00487; QUALIS PSICOLOGIA HOSPITALAR LTDA CRP-08/PJ-02424; RAFAELA ROMAN DE FARIA - ICOP CRP-08/PJ-00715; SILVANA CHOPTIAN CAC ESCOLHA CERTA EIRELI CRP-08/PJ-00436; SINTONIA MARINGA SAUDE E BEM ESTAR LTDA CRP-08/PJ-02320; SITRAN CENTRO DE AVALIACAO DE CONDUTORES LTDA CRP-08/PJ-00813; SÃO CRISTOVÃO - MEDICINA E PSICOLOGIA DO TRÂNSITO LTDA CRP-08/PJ-00759; TRANSVIVER CLINICA DE PSICOLOGIA E MEDICINA DO TRANSITO LTDA CRP-08/PJ-00648. **REATIVAÇÃO:** D P FERNANDES SERVIÇOS FISIOTERAPEUTICOS CRP-08/PJ-02522. **CANCELAMENTO:** GABRIELA GJ TAVARES PSICOLOGIA E PSICANALISE LTDA CRP-08/PJ-02668; SANTOS E ROVIDA LTDA CRP-08/PJ-01774. **CANCELAMENTO EX-OFICIO PJ:** SITE: ATLASPSICO - PORTAL DE PSICOLOGIA CRP-08/PJ-PJV-01; SITE: PSICOONLINEPR - ORIENTAÇÃO PSICOLÓGICAS ON-LINE CRP-08/PJ-PJV-02; SITE: PSICOLOGIA10 CRP-08/PJ-PJV-09. Às 17:30 é encerrada a reunião Plenária e, nada mais tendo a relatar, eu, Rafaela Gomes da Silva, Assistente da Gerência Técnica, lavrei esta ata que vai assinada por mim e pela Cons. Psic. Pamela Cristina Salles da Silva (CRP-08/20935), que secretariou a reunião. A lista de presenças vai anexada e passa a fazer parte integrante desta ata.



Documento assinado eletronicamente por **Rafaela Gomes da Silva, Assistente Gerência Técnica**, em 10/09/2025, às 13:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 12, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Pamela Cristina Salles da Silva, Usuário Externo**, em 13/09/2025, às 09:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 12, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.cfp.org.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2414198** e o código CRC **64E943B7**.